Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sexta-feira, 13 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.163

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Retorno do horário de verão gera divergência

% ECONOMIA Redução no consumo de energia é considerada insignificante, mas os setores do comércio e serviços são beneficiados com adiantamento do relógio

Apesar do efeito tímido em termos de economia de energia, o governo federal estuda a volta do horário de verão para reduzir o consumo de luz. Depois de vigorar entre 1985 e 2019, a medida divide opiniões, sendo considerada ultrapassada, mesmo beneficiando setores como comércio e serviços.

O consultor de Mercado de Energia da Fiemg, Sérgio Pataca, argumenta que o pico de consumo no Brasil era no fim da tarde, mas hoje há uma maior linearidade, com uma demanda maior entre 12h e 15h devido ao uso de ar-condicionado. "O horário de verão perdeu o sentido e não faz muita lógica", avalia o especialista.

Entretanto, o adiantamento do relógio em uma hora é visto com otimismo por entidades do comércio varejista e serviços. De acordo com a presidente da Abrasel em Minas Gerais, Karla Rocha, a medida pode aumentar até 15% o faturamento de bares e restaurantes. Já a economista da Fecomércio MG, Gabriela Martins, pondera que os gastos dos consumidores dependem de fatores como renda e endividamento. Porém, a expectativa é de aquecimento nos negócios, com promoções e *happy hour*. % PÁG. 7

A Abrasel estima que o faturamento dos bares e restaurantes pode aumentar até 15% FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

Minas Gerais concentra o maior número de produtores de cachaça do Brasil FOTO: DIVULGAÇÃO / DANIEL PROTZNER

Dia Nacional da Cachaça é celebrado com concurso de qualidade da bebida mineira

Hoje é comemorado o Dia Nacional da Cachaça. Em Minas Gerais, várias ações buscam valorizar a bebida, como o 1º Concurso de Avaliação da Qualidade das Cachaças de Alambique e Aguardentes de Cana Mineiras - Cachaças Mineiras/2024, organizado pela Emater-MG. O Estado concentra o maior número de produtores de cachaças no Brasil, conforme dados de 2023. Minas tem 504 estabelecimentos registrados, correspondendo a 41,4% das cachaçarias do País. % PÁG. 10

Vendas do varejo sobem 4% em julho no Estado

% PÁG. 8

Lider busca expansão de 20% no próximo ano

% PÁG. 11

São Lourenço recebe a Minas Expo Pet Vet

% PÁG. 12

PIB estadual registra crescimento de 2% no primeiro semestre

Calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP) em R$ 538 bilhões, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais cresceu 2% no primeiro semestre frente ao mesmo período de 2023. Responsável por mais da metade da economia mineira, o comércio registrou alta de 4,5% de janeiro a junho, impulsionando o resultado. O desempenho foi favorecido também pelos setores de serviços e indústria, com avanços de 3,1%. e 2,8%, respectivamente. % PÁG. 14

O PIB da indústria de Minas Gerais apresentou aumento de 2,8% de janeiro a junho, aponta a Fundação João Pinheiro FOTO: VICTOR FAGUNDES / SEDE

Os aportes das empresas do setor mineral no Estado correspondem a um terço do montante anunciado desde 2019 FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Mineração atrai investimentos de R$ 130 bi para MG

Do total de investimentos atraídos por Minas Gerais desde 2019, um terço foi destinado à mineração. Dos aportes privados de R$ 444 bilhões anunciados a partir do primeiro mandato do governador Romeu Zema (Novo), R$ 130 bilhões são oriundos de empresas do setor mineral, destaca o CEO da Invest Minas, João Paulo Braga. O Sebrae e o Ibram assinaram ontem, na Exposibram, um acordo para fortalecer os pequenos negócios do setor mineral. % PÁGS. 4 E 6

% EDITORIAL

A burocracia pública, especialmente quando associada à política, cultiva práticas que, em especial, se colocadas sob os lentes da ética, são de difícil compreensão. Nesse rol certamente pode ser enquadrada a Lei de Acesso à Informação, redigida para garantir transparência às ações de governo, especialmente gastos, mas que vem produzindo efeitos contrários como no caso da imposição de sigilo – e por 100 anos! – a alguns tópicos supostamente mais sensíveis do que se passa nos bastidores do poder, distante dos olhos do cidadão comum. A Controladoria-Geral da União (CGU) estaria incomodada com a falta de critérios para aplicação da Lei de Acesso à Informação, em especial com a quantidade de pedidos de informação que são negados. Foram 1.339 no ano passado e 1.332 em 2022, no governo anterior, sempre com o argumento de que conteriam dados de exclusivo interesse pessoal. % PÁG. 2

% ARTIGOS

DÓLAR DIA 12		
COMERCIAL	COMPRA R$ 5,6190	VENDA R$ 5,6190
TURISMO	COMPRA R$ 5,6670	VENDA R$ 5,8470
PTAX (BC)	COMPRA R$ 5,6548	VENDA R$ 5,6554

EURO DIA 12		
COMERCIAL	COMPRA R$ 6,2429	VENDA R$ 6,2441

OURO DIA 12	
NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.558,72
BM&F (g)	R$ 450,89

Indicador	Valor
TR dia 13	0,0744%
POUPANÇA dia 13	0,5748%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

OPINIÃO

Legislação restritiva afeta o mercado imobiliário mineiro

Andre Campos
Vice-presidente da Emccamp Residencial, especialista em mercado imobiliário

Nos últimos anos, encontrar terrenos adequados para construção tem se tornado um desafio crescente em Belo Horizonte e na região metropolitana. As restrições impostas pela legislação municipal, muitas vezes replicadas nas demais cidades, estão moldando um cenário que não apenas dificulta o desenvolvimento urbano, mas também encarece a habitação e limita a qualidade de vida na capital mineira.

Se considerarmos um terreno de metragem e topografia iguais, em São Paulo é possível construir três torres, já no Rio de Janeiro duas torres são permitidas, em Belo Horizonte, a legislação restritiva só autoriza a construção de uma única torre na mesma área. Essas limitações são resultado de um conjunto complexo de regras sobre afastamentos, geometria e coeficiente de aproveitamento que, em comparação com outras cidades, são excessivamente rígidas e burocráticas.

Para enfrentar esses desafios, nós empresários temos buscado expandir os investimentos para outras praças onde o ambiente é mais favorável. A participação dos empreendimentos da Emccamp Residencial em Minas Gerais sofreu uma queda nos últimos anos. Em comparativo com 2020, a participação de lançamentos representava 35% do faturamento da empresa. Em 2023, esse percentual caiu para 14%, chegando a nenhum lançamento no 1º trimestre de 2024, enquanto em São Paulo e Rio de Janeiro nossa curva de lançamentos não para de crescer. No estado paulista, em 2020, a participação de lançamentos representou 65% do faturamento da empresa. Em 2023, esse percentual foi para 73%, e já atingimos a marca de 33% no primeiro semestre de 2024. Já no Rio de Janeiro, em 2020 não tivemos lançamento. Em 2023, tivemos um impacto de 13% em nosso faturamento com os lançamentos no estado. Esse número cresceu significativamente no primeiro semestre deste ano, atingindo 67%.

Diante dos números, fica clara a urgência em mudar esta realidade! Estamos às vésperas de uma eleição e há esperança de que mudanças significativas possam ser implementadas. O setor imobiliário mineiro precisa se unir para pressionar por essas mudanças, garantindo que tanto as necessidades da população quanto as do mercado sejam atendidas. A colaboração e a pressão adequada de empresários e entidades do setor serão fundamentais para alcançar as reformas necessárias no Plano Diretor e promover um desenvolvimento urbano mais justo e eficiente.

O impacto da legislação arcaica é evidente no custo final dos imóveis. A ineficiência no aproveitamento do terreno, decorrente de códigos de obras desatualizados, reflete diretamente no preço das unidades habitacionais, que fica mais caro e dificulta a população a concretizar o sonho da casa própria.

A Capital, que serve como referência para muitas outras localidades do interior de Minas Gerais, precisa adotar normas mais modernas e eficientes. A falta de atualização nas leis não só limita o desenvolvimento urbano, mas também prejudica a arrecadação municipal e, consequentemente, a vida dos cidadãos. BH depende fortemente da arrecadação imobiliária, como IPTU e ITBI, para financiar seu orçamento. Um plano diretor eficiente poderia não apenas melhorar a qualidade de vida na cidade, mas também gerar maiores receitas para o município.

Famílias empresárias e governança corporativa

Luis Gustavo Miranda de Oliveira
Doutor, Mestre, Coordenador-Geral do Capítulo Minas Gerais do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e sócio do Rolim Goulart Cardoso Advogados

As famílias empresárias enfrentam uma série de desafios únicos que vão além daqueles presentes nos negócios, no mercado e nas relações de trabalho. São desafios que incluem preocupações e dilemas pessoais e familiares que podem afetar a saúde e a longevidade da pessoa, da família e dos negócios.

A presença de conflitos de interesses, entre o que é melhor particularmente para uma pessoa, em detrimento dos demais, o que é melhor para a família, em detrimento de aspectos particulares e privados, e o que é melhor para os negócios naturalmente gera situações de tensões que podem evoluir para conflitos e rupturas.

Diversos conflitos surgem por diferenças de opinião sobre direção estratégica, forma de gestão dos negócios, critérios de remuneração (direta e /ou indireta) de membros da família que trabalham (ou não) nos negócios, sobre sucessão na liderança da família, dos negócios e do patrimônio.

Ao final, representa grande ameaça para a preservação da saúde financeira dos negócios e do patrimônio que serve à família. Sabe-se atualmente que situações de conflito desviam o foco de atenção dos negócios, podendo gerar perda de competitividade e decisões que não seriam tomadas em um ambiente pacífico.

É diante desse contexto que a adoção de práticas de governança corporativa pode ser uma estratégia eficaz para minimizar esses conflitos. A governança corporativa não só ajuda a estabelecer regras mais claras para a tomada de decisões e a resolução de conflitos, mas também oferece caminhos para o planejamento, a profissionalização, o desenvolvimento e a acomodação de interesses individuais e coletivos.

A governança nos negócios familiares (não apenas em empresas familiares) é particularmente complexa devido à interação de três sistemas distintos: a família, a propriedade (o patrimônio) e o negócio (a empresa, a gestão).

De forma transversal, é relevante estabelecer acordos, critérios de avaliação periódica, planos de consequência e alternativas para minimizar situações de conflitos de interesses e pacificar, de forma a evitar rupturas e perdas.

Como exemplos, no âmbito da governança familiar, podem ser planejados e desenvolvidos a liderança, a cultura, os valores, a capacitação, os acordos, os combinados familiares e suas consequências.

A implementação de práticas de governança corporativa efetivas pode ajudar a alinhar os interesses de todos os membros da família, garantindo que as decisões sejam tomadas equilibrando o melhor interesse dos negócios, mas também suscitando diálogos e interações com foco nos interesses da família e de cada membro. Isso pode levar a um ambiente de negócios e familiar mais harmonioso e produtivo, beneficiando a todos.

Em suma, as famílias empresárias enfrentam uma série de desafios únicos. No entanto, com a implementação de práticas de governança corporativa, esses desafios podem ser superados, abrindo caminho para um futuro mais estável e próspero para os negócios, para o patrimônio, para a família e para os membros da família.

EDITORIAL

Sombras indesejadas

A burocracia pública, especialmente quando associada à política, cultiva práticas que, em especial, se colocadas sob os lentes da ética, são de difícil compreensão. Nesse rol certamente pode ser enquadrada a Lei de Acesso à Informação, redigida para garantir transparência às ações de governo, especialmente gastos, mas que vem produzindo efeitos contrários como no caso da imposição de sigilo – e por 100 anos! – a alguns tópicos supostamente mais sensíveis do que se passa nos bastidores do poder, distante dos olhos do cidadão comum.

Uma zona de sombras, absolutamente injustificada para quem souber se comportar, e que pode estar a caminho de ser eliminada. Segundo informações chegadas de Brasília, a Controladoria-Geral da União (CGU) estaria incomodada com a falta de critérios para aplicação da Lei de Acesso à Informação, em especial com a quantidade de pedidos de informação que são negados. Foram 1.339 no ano passado e 1.332 em 2022, no governo anterior, sempre com o argumento de que conteriam dados de exclusivo interesse pessoal. Nessa condição, estavam incluídos pedidos de informação sobre visitas à primeira-dama no Palácio da Alvorada ou dos filhos do presidente à residência oficial. Na mesma categoria, informações sobre gastos com alimentação e até mesmo com o helicóptero que serve à Presidência. Evidentemente que quem paga estas contas tem todo o direito de saber tudo a respeito, muito especialmente quando seus bolsos estão sendo ameaçados de novos ataques.

Quem não tem o que esconder ou porque esconder, quem sabe o que faz, evidentemente não precisa desse tipo de proteção. Bem ao contrário, deve desejar que seja dada publicidade aos seus atos justamente para que sejam legitimados como devido e esperado. Este o entendimento também da Controladoria-Geral da União que propõe alterações na legislação, assunto que no momento estaria sob apreciação da Casa Civil, com aval do presidente da República. Entre as novidades, a exigência de verificação do real interesse público, ponto colocado acima, inclusive, da avaliação do interesse pessoal.

Cabe esperar que as alterações agora cogitadas sejam de fato implementadas e com a maior agilidade possível. Em razão do interesse público, da transparência que jamais poderia ser posta em questão, mas igualmente em benefício dos gestores públicos, pelo menos daqueles que sabem não se afastar dos bons princípios, da responsabilidade, e não por vaidade, mas sim como exemplo, não tem porque esconder quaisquer de seus atos.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À

ANJ Associação Nacional de Jornais

SINDIJOR Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

GERDAU
O futuro se molda

Rock in Rio
POR UM MUNDO MELHOR

Sebrae e Ibram buscam fortalecer MPEs da mineração

PEQUENAS EMPRESAS Entidades fecharam um convênio de cooperação para o desenvolvimento de projeto focado em capacitação, financiamento e sustentabilidade

THYAGO HENRIQUE

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) fecharam um acordo para fortalecer os pequenos negócios do setor mineral.

As entidades assinaram, nesta quinta-feira (12), na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), em Belo Horizonte, um convênio de cooperação para o desenvolvimento de projeto focado em capacitação, financiamento, formalização e sustentabilidade das MPEs.

Em entrevista ao Diário do Comércio, o presidente do Sebrae, Décio Lima, afirma que a instituição chegou para "abraçar" o setor mineral. Ele reconhece que a chegada foi tardia, mas pondera que o conjunto de ações que será produzido é essencial para os pequenos negócios.

O executivo ressalta que existe um pensamento de que a mineração é um processo marginal, porém, é preciso mudá-lo, visto que não é verdadeiro e que a área contribui de modo significativo para a economia brasileira. O gestor destaca, de forma adicional, que aproximadamente 90% do setor mineral do Brasil é composto por MPEs, o que demonstra tamanha relevância do segmento.

Conforme Lima, o Sebrae se junta ao Ibram trazendo sua credibilidade e sua rica experiência. Segundo ele, é necessário fazer com que os pequenos negócios da área mineral se formalizem, já que grande parte se encontra na informalidade, e trazer para o setor fatores importantes para seu crescimento e solidificação, como poder ter uma gestão qualificada e uma política de crédito.

O presidente enfatiza que a presença da entidade vai trazer para as micro e pequenas mineradoras pontos que atualmente são imperativos, como o de realizar uma mineração sustentável. "Vamos garantir também que o processo de uma indústria dessa natureza seja feito com inovação e tecnologia e, com isso, promover a inclusão para gerar renda, emprego e formalização", realça.

> "Vamos garantir também que o processo de uma indústria dessa natureza seja feito com inovação e tecnologia e, com isso, promover a inclusão"
> Décio Lima

Crédito - Algo essencial para o avanço das MPEs do setor mineral é ter acesso facilitado a linhas de financiamento e a parceria do Sebrae com o Ibram deve auxiliá-las neste sentido. De acordo com Lima, 88% dos micro e pequenos empreendedores brasileiros, incluindo da mineração, não têm acesso a crédito em razão da dificuldade em ter as garantias exigidas pelo sistema financeiro.

Ele salienta que é preciso dar assistência para o segmento. Segundo o presidente, a entidade tem, no momento, a maior carteira de crédito já dirigida para os micro e pequenos negócios do Brasil, com R$ 30 bilhões, por meio do Programa Acredita, do governo federal, e com fundo garantidor.

"Essa política de crédito é fundamental para que o empreendedor não quebre, tenha solidez no negócio e possa crescer e escalar, porque o crédito que vamos dar é assistido por nós", reitera o executivo, enfatizando que o financiamento é imprescindível para todos os setores.

Presidente do Sebrae, Décio Lima, e Raul Jugmann, do Ibram, assinaram o acordo durante o Exposibram FOTO: GLENIO CAMPREGHER / IBRAM

Minas Gerais - À reportagem, Lima também destaca a importância de Minas Gerais na mineração e no contexto das micro e pequenas empresas, a qual cita como o retrato da grandeza do setor mineral e das MPEs. Para o presidente do Sebrae, o Estado também tem um papel essencial na entrega para a economia do País, em razão de sua pluralidade econômica e pulverização.

De acordo com o executivo, ele estará, em breve, em Minas Gerais, para fazer uma caravana conduzida pelo Sebrae Minas para poder implementar diversos programas, com o intuito de dar musculatura e induzir ainda mais o desenvolvimento econômico dos pequenos negócios.

SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

DIÁRIO DO COMÉRCIO INTEGRA MINAS

O DIÁRIO DO COMÉRCIO, em parceria com o Sindijori-MG, mantém um espaço de interação com os municípios mineiros através de seus veículos associados. A coluna Integra Minas é publicada às sextas-feiras e tem o objetivo de aproximar questões que impactam o ambiente econômico e empresarial do Estado em uma via de mão dupla, trazendo e levando informações criando uma rede que "Integra Minas".

Senado aprova empréstimo para Uberaba

Após parecer favorável do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda, o Senado aprovou na terça-feira (10) o projeto que autoriza o município de Uberaba a contratar empréstimo de US$ 72 milhões junto à Corporação Andina de Fomento – CAF. A operação de crédito vai custear a implantação da nova captação de água no rio Grande e outras obras de infraestrutura na cidade, inclusive a revitalização da rua Arthur Machado. Além dos US$ 72 milhões que serão contratados, o município dará contrapartida de US$ 18 milhões para totalizar um montante de R$ 90 milhões em investimentos – cerca de R$ 437,5 milhões. **(Jornal da Manhã – Uberaba)**

Araxá tem projeto de valorização do queijo

Depois de levar o projeto "Queijo Artesanal: Sabores e Saberes Mineiros" para a microrregião da Canastra, o Instituto Periférico chega a Araxá nos próximos dias para novos encontros. A programação terá início em 13 de setembro, sexta-feira, com a apresentação dos resultados do projeto para alunos e educadores da rede pública de ensino, em atividade exclusiva para a comunidade escolar. **(Clarim.net - Araxá)**

Nível de Furnas é debatido em Brasília

Um encontro com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, foi realizado na terça-feira (10), para tratar da situação dos lagos de Furnas e Peixoto. Participaram da reunião, além do ministro e sua equipe, o presidente da Unelagos e que também representou a Alago, Thadeu Alencar, o deputado federal Odair Cunha, o deputado estadual e autor da EC 106, Professor Cleiton, e o presidente da OAB Formiga, Aécio Coutinho. Foram expostos os problemas atuais que afetam os lagos de Furnas e Peixoto, suas causas e possíveis soluções. **(Tribuna Formiguense)**

Feiras de artesanato itinerantes começam

A partir de 13 de setembro, Governador Valadares inicia o projeto "Feiras de Artesanato Itinerantes – Arte e Sabores", com a primeira feira ocorrendo na Praça Júlio Soares, na Ilha dos Araújos. O projeto, promovido pela Associação Valadarense de Artesãos, Artistas e Gastronomia Artesanal, visa diversificar a cultura local ao combinar exposições de artesanato com gastronomia e música. Serão realizadas seis edições em diferentes praças da cidade, com o objetivo de beneficiar diretamente artistas e produtores locais e descentralizar o acesso a eventos culturais. **(Diário do Rio Doce - Governador Valadares)**

Mulheres predominam nas eleições em JF

Em Juiz de Fora, mulheres representam 54% do eleitorado e lideram a disputa para a prefeitura, com Margarida Salomão (PT) à frente nas intenções de voto e Ione Barbosa (Avante) em segundo lugar. As eleições de 2024 na cidade podem resultar em um inédito primeiro turno decidido por mulheres ou um segundo turno totalmente feminino. A cientista política Marta Rocha destaca que a predominância feminina reflete um crescente interesse nas questões de gênero, mas ainda enfrenta desafios como a sub-representação e a violência política de gênero, além da dificuldade em alcançar recursos e oportunidades para candidatas. **(Tribuna de Minas – Juiz de Fora)**

Seca deixa municípios em emergência

Vinte cidades da região Leste de Minas estão em situação de emergência por causa da seca no Estado. Os decretos foram emitidos nos últimos quatro meses e têm duração de 180 dias. Os municípios pertencem aos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Segundo o boletim da Defesa Civil, ao todo, em Minas, 137 cidades estão nessa situação de emergência. A partir do reconhecimento dos decretos, as prefeituras estão aptas a solicitar recursos do governo federal para ações de defesa civil, como compra de cestas básicas, água mineral, refeição para trabalhadores e voluntários, kits de limpeza de residência, higiene pessoal e dormitório, entre outros. **(Jornal dos Vales)**

2ª edição do Festival de Cultura Popular

A segunda edição do Festival de Cultura Popular ocorrerá de 17 a 22 de setembro em Ouro Preto, Glaura e Miguel Burnier, oferecendo uma programação gratuita que celebra a diversidade cultural da região. O festival incluirá seminários, feiras de comidas típicas e artesanato, cortejos, danças e músicas tradicionais. Em Ouro Preto, destacam-se debates sobre preservação cultural e redes de cultura popular. Glaura apresentará uma feira gastronômica, danças e shows, incluindo o grupo "Mestre Ambrósio". **(Jornal Correio da Cidade – Conselheiro Lafaiete)**

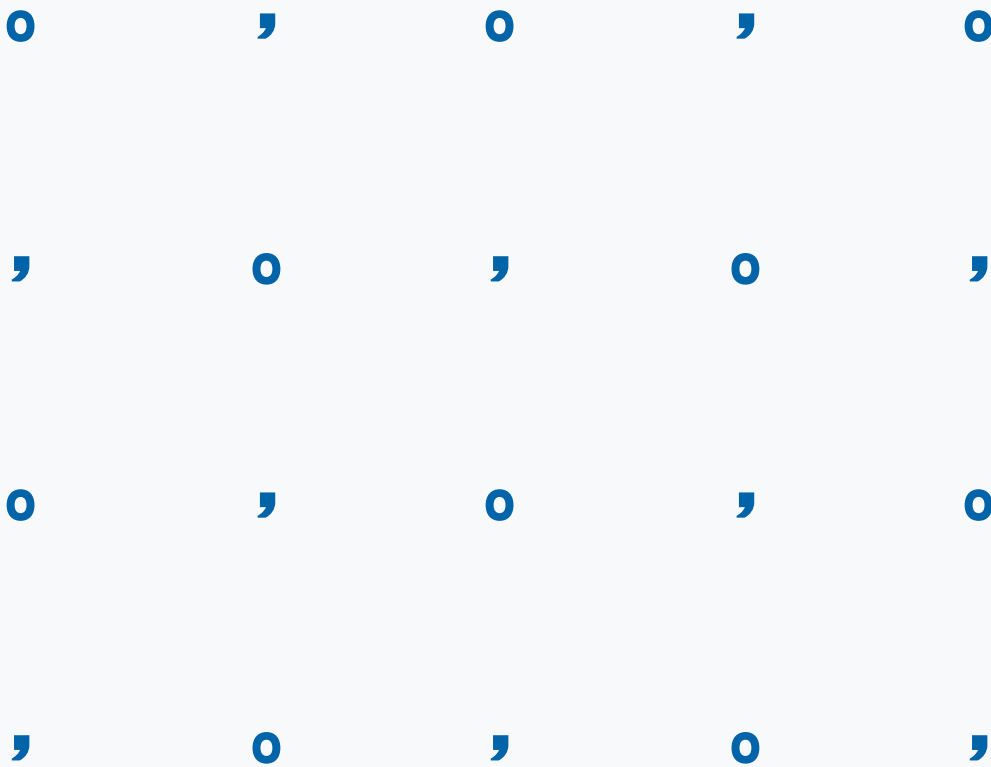
Epamig promove feira de piscicultura

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) está organizando a quarta edição da Feira de Pesca e Piscicultura de Minas Gerais – Feppishow. O evento, que será realizado nos dias 13 e 14 de setembro, em Felixlândia, vai reunir piscicultores, professores e estudantes, indústrias de beneficiamento, insumos e maquinários, distribuição e comércio e instituições públicas ligadas à agropecuária. Iniciativa pioneira no Estado, a Feppishow teve sua primeira edição em 2018, com o objetivo de apresentar e potencializar o mercado e a cadeia produtiva do pescado em Minas, além de divulgar tecnologias e integrar pesquisa, extensão, cadeia produtiva e público consumidor. **(Correio de Uberlândia)**

Integra Moda movimenta negócios

A primeira rodada de negócios do Integra Moda, realizada nos dias 02 e 03 de setembro com apoio da Fiemg, gerou aproximadamente R$ 2 milhões em negócios. O evento, promovido pelo Sebrae-MG e pelo Sindicato da Indústria do Vestuário de Divinópolis (Sinvesd), reuniu 30 fornecedores mineiros e compradores de diversas regiões do País. Durante os dois dias, foram vendidas mais de 30 mil peças, permitindo aos empreendedores locais ampliar suas redes de contatos e fortalecer sua presença no mercado nacional. Alba Lima Pereira, assessora da Fiemg, destacou a importância da feira para o desenvolvimento econômico regional. **(Portal G37 – Divinópolis)**

Caratinga concede "Faixa Azul"

Foi aberta a concessão do serviço de operação do Estacionamento Rotativo em vias públicas de Caratinga. A licitação está prevista para o dia 22 de setembro. O valor total estimado para a execução dos serviços é de R$ 63.297.696, considerando Estudo de Viabilidade Econômica/Financeira, para o período de 10 anos. A quantidade estimada é de 3.634 vagas para veículos de três ou quatro rodas e 1.295 vagas para veículos de duas rodas (motocicletas), porém, por se tratar de concessão com prazo, novas vagas poderão ser implantadas ou excluídas. **(Diário de Caratinga)**

Mineração já rendeu projetos de R$ 130 bi para Minas Gerais

INDÚSTRIA EXTRATIVA Setor respondeu por um terço de todos os investimentos atraídos desde 2019

THYAGO HENRIQUE

Cerca de um terço dos investimentos atraídos por Minas Gerais de 2019 até o momento foi da área da mineração. Desde o início do primeiro mandato do governador Romeu Zema (Novo), o Estado atraiu em torno de R$ 444 bilhões em aportes privados, dos quais R$ 130 bilhões de empresas do setor mineral de diferentes segmentos, conforme o CEO da Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (Invest Minas), João Paulo Braga

"O setor mineral continua sendo um dos carros-chefes, não vou falar que é o único porque o agronegócio é tão importante quanto, mas a cadeia da mineração segue como uma das mais dinamizadoras da economia mineira", destacou o executivo em entrevista ao Diário do Comércio na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), em Belo Horizonte.

Segundo Braga, os investimentos foram atraídos para diversas frentes da mineração, como calcário, fertilizantes, minerais para transição energética e minério de ferro. O último foi anunciado na abertura do evento, na segunda-feira (9), e trata-se da extração de grafite.

Após uma negociação de meses, o governo estadual anunciou que a Graph+, subsidiária da New Mining, investirá aproximadamente R$ 200 milhões, entre 2025 e 2028, para extrair o mineral em Santa Maria do Salto, no Vale do Jequitinhonha. A expectativa é que o novo empreendimento, previsto para entrar em operação em quatro anos, crie cerca de 300 empregos diretos até 2030.

O CEO destaca que os benefícios deste investimento serão parecidos com o que o Jequitinhonha tem experimentado com os projetos de lítio. Além do aumento de pessoas empregadas, a região foi a que registrou mais abertura de empresas em 2023 por consequência da chegada de grandes mineradoras. Ele diz que, provavelmente, a companhia de grafite será a maior do município.

Estado não pode ser permissivo - Para Braga, a simples realização da Exposibram em Minas Gerais, trazendo expositores de vários países e enchendo os hotéis de Belo Horizonte, reflete a importância que a mineração tem e como o Estado pode se projetar para o mundo enquanto território minerário. Embora seja muito relevante para a economia mineira, o governo não pode ser permissivo, na avaliação dele.

"O nosso posicionamento enquanto Estado tem que ser: somos um território minerário, temos orgulho disso, porque a mineração deixa muita riqueza e desenvolvimento, agora isso não significa ser permissivo em relação a licenciamento e a condutas inadequadas que as mineradoras podem ter", ressalta.

"Temos que trabalhar sempre para aperfeiçoar nossa regulação, não deixar que fatos como Mariana e Brumadinho voltem a acontecer jamais, mas também não podemos rechaçar a atividade de mineração", pondera.

Além do minério de ferro, Minas vem ganhando importância na área de minerais críticos, como, por exemplo, o lítio FOTO: DIVULGAÇÃO / VALE

> **"O setor mineral continua sendo um dos carros-chefes, não vou falar que é o único porque o agronegócio é tão importante quanto"**
> João Paulo Braga

Serra do Curral: Empabra vai encerrar atividades

MARCO AURÉLIO NEVES

A Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) firmou compromisso de encerrar a operação na Serra do Curral a partir desta sexta-feira (13), em audiência com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), os Ministério Público Estadual (MPMG) e Federal (MPF) e a Agência Nacional de Mineração (ANM), realizada ontem (12), na 11ª Vara Cível Federal.

Além do encerramento das atividades, a Empabra comunicou a intenção de doar a área para a PBH. O terreno será anexado ao Parque das Mangabeiras. A mineradora terá que recuperar a área degradada em até quatro anos e encaminhar um plano de fechamento da mina para análise da Agência Nacional de Mineração (ANM).

A audiência de conciliação foi decorrente do processo ajuizado pela mineradora contra interdição da PBH, que proibiu a empresa de minerar na Serra do Curral.

Instituições públicas, ambientalistas e sociedade civil travam uma batalha judicial com a Empabra desde que a empresa recebeu, em novembro de 2023, autorização do poder judiciário para recuperação da área da Mina Granja Corumi, para realização de obras emergenciais contra deslizamentos, vazamentos e outros problemas no período chuvoso.

Em julho deste ano, a Justiça Federal autorizou o retorno das operações da mineradora na Serra do Curral. A decisão suspendia a última interdição da mineração no local, que estava vigente desde o dia 20 de junho.

A decisão atendeu uma ação da própria Empabra, que solicitava a tutela antecipada de urgência para continuar com as implementações de medidas emergenciais acordadas entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam).

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024

Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), instalada com a presença da totalidade dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Rubens Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela Sra. **Fernanda de Mattos Paixão**, realizou-se às 10:00 horas, do dia 06 de setembro de 2024, por meio digital, conforme artigo 23 e parágrafos do Estatuto Social. Em conformidade com a **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do artigo 24, inciso "I" do Estatuto Social: **(i) Aprovar** a realização de operação de securitização ("Securitização"), por meio de emissão pela True Securitizadora S.A., companhia securitizadora com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, 48, 2º andar, conjuntos 21 e 22, Vila Nova Conceição, CEP 04.506-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora"), de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") da classe sênior, em série única, e da classe subordinada, sem divisão em subclasses, da 344ª emissão da Securitizadora, sob rito de registro automático de distribuição, a ser realizada nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), em regime de melhores esforços de colocação, conforme os termos e condições estabelecidos no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da Classe Sênior e da Classe Subordinada da 344ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Diversificados*" ("Termo de Securitização" e "Oferta", respectivamente), a ser celebrado entre a Securitizadora e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, conjunto 41, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 29 da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada e da Resolução da CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Agente Fiduciário"), com as seguintes características: (a) Quantidade de CRI: serão emitidos 221.000 (duzentos e vinte e um mil) CRI, sendo 110.500 (cento e dez mil e quinhentos) certificados de recebíveis imobiliários da classe sênior, em série única ("CRI Seniores") e 110.500 (cento e dez mil e quinhentos) certificados de recebíveis imobiliários da classe subordinada, sem divisão em subclasses ("CRI Subordinados"), totalizando o valor de R$ 221.000.000,00 (duzentos e vinte e um milhões de reais), observado que a quantidade de CRI poderá ser diminuída em virtude da Distribuição Parcial (conforme abaixo definido); (b) Valor Nominal Unitário dos CRI: os CRI terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão dos CRI, conforme venha a ser definida no Termo de Securitização ("Data de Emissão"); (c) Distribuição Parcial: será admitida a distribuição parcial dos CRI no âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 73 e seguintes da Resolução CVM 160, desde que observado o montante de, no mínimo, 50.000 (cinquenta mil) CRI, a serem subscritos e integralizados no âmbito da Oferta, totalizando o valor total de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("Montante Mínimo" e "Distribuição Parcial", respectivamente). Eventual saldo de CRI acima do Montante Mínimo não colocado no âmbito da Oferta será cancelado pela Securitizadora, por meio de aditamentos ao Termo de Securitização, à Escritura de Emissão de CCI (conforme definida abaixo), ao Contrato de Cessão (conforme definido abaixo) e aos demais documentos da Oferta, conforme necessário, sendo dispensada a realização de qualquer ato societário adicional da Securitizadora e/ou de prévia Assembleia Especial de Investidores (conforme definido no Termo de Securitização); (d) Garantias: não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, em favor dos Titulares de CRI; (e) Subordinação: quando da vigência da Cascata de Pagamentos Extraordinária (conforme definido no Termo de Securitização), o pagamento de amortização dos CRI Subordinados será subordinado ao pagamento de amortização, Remuneração e encargos moratórios eventualmente incorridos dos CRI Seniores, nos termos do Termo de Securitização; (f) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI não será atualizado monetariamente ou corrigido por qualquer índice; (g) Remuneração: os CRI Seniores farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de **2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração dos CRI Seniores"), calculada conforme previsto na Cláusula 6.2 do Termo de Securitização. Os CRI Subordinados farão jus à a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de **5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada conforme prevista na Cláusula 6.3 do Termo de Securitização ("Remuneração dos CRI Subordinados" e, quando referido em conjunto com a Remuneração dos CRI Seniores, "Remuneração"). O pagamento da Remuneração será devido em cada uma das Datas de Pagamento constantes do Anexo I ao Termo de Securitização, até a respectiva Data de Vencimento dos CRI, observada a Subordinação dos CRI; (h) Amortização dos CRI: sem prejuízo da Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI, os CRI Seniores e os CRI Subordinados serão amortizados conforme estipulado nos respectivos Cronogramas de Pagamentos (conforme definido no Termo de Securitização) observado o período de carência estabelecido no Termo de Securitização; (i) Amortização Extraordinária dos CRI: a Securitizadora deverá promover a amortização extraordinária dos CRI, observada a Cascata de Pagamentos vigente à época e os demais termos estipulados no Termo de Securitização, nas seguintes hipóteses: (i) na ocorrência dos Eventos de Reembolso Compulsório ou em decorrência de pagamento de Multa Indenizatória; (ii) mensalmente, no montante equivalente aos Recursos Excedentes (conforme definido no Termo de Securitização), sempre que haja Recursos Excedentes na Conta do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização); e (iii) sempre que houver a antecipação acima de 30 (trinta) dias corridos ou pré-pagamento dos Instrumentos de Confissão de Dívida e, consequentemente, dos Direitos Creditórios Imobiliários por parte dos Clientes, no montante correspondente à totalidade dos recursos oriundos das antecipações e/ou pré-pagamentos. Os recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido abaixo), em decorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária parcial dos CRI, na Data de Pagamento subsequente prevista nos Cronogramas de Pagamentos constantes do Anexo I ao Termo de Securitização, proporcionalmente ao saldo do respectivo Valor Nominal Unitário na data do evento e conforme previsto nas Cascatas de Pagamento estabelecidas no Termo de Securitização; (j) Repactuação Programada: os CRI não serão objeto de repactuação programada; (k) Prazo da Emissão: (a) o prazo de vencimento dos CRI Seniores será de 1.806 (mil oitocentos e seis) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2029; e (b) o prazo de vencimento dos CRI Subordinados será de 1.806 (mil oitocentos e seis) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2029; (l) Data de Vencimento dos CRI Seniores: 20 de agosto de 2029, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; (m) Data de Vencimento dos CRI Subordinados: 20 de agosto de 2029, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; (n) Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI: a Securitizadora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade dos CRI (i) no mês em que o somatório dos recursos apurados na Conta do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), incluindo os recursos do Fundo de Reserva, Fundo de Despesas e os Recursos Excedentes, sejam suficientes para quitar o saldo devedor do CRI e eventuais custos em aberto ou provisionados na Emissão; e/ou (ii) nos Eventos de Reembolso Compulsório totais; e/ou (iii) caso seja exercida a Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários e mediante o recebimento dos recursos decorrentes de referida compra dos Direitos Creditórios Imobiliários; e/ou (iv) nos casos em que a Amortização Extraordinária dos CRI seja superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário dos CRI. O Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI será efetuado pela Securitizadora, nos termos previstos no Termo de Securitização, unilateralmente, sob a ciência do Agente Fiduciário, e alcançará indistintamente todos os CRI das respectivas classes, conforme previsto no Termo de Securitização, sendo os recursos recebidos pela Securitizadora em decorrência do resgate antecipado repassados aos respectivos Titulares de CRI no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do seu efetivo recebimento pela Securitizadora; (o) Índice de Cobertura: A partir da data em que ocorrer a primeira integralização dos CRI pelos investidores de cada uma das respectivas classes e/ou séries e subclasses, conforme o caso ("Data da Primeira Integralização") e até o adimplemento integral dos CRI, a Companhia deverá assegurar que o saldo devedor total dos Direitos Creditórios Imobiliários Elegíveis (conforme definido abaixo) perfaça, no mínimo, o montante equivalente a 107,5% (cento e sete inteiros e cinco décimos por cento) do saldo devedor atualizado dos CRI, descontado de tal saldo o montante do Fundo de Reserva existente na respectiva Data de Verificação (conforme definido no Termo de Securitização). Para fins de verificação do Índice de Cobertura, considera-se "Direitos Creditórios Imobiliários Elegíveis" os Direitos Creditórios Imobiliários que (i) estejam adimplidos pelos respectivos Clientes; ou (ii) possuam inadimplência inferior a 180 (cento e oitenta) dias. Na hipótese de verificação de desenquadramento do Índice de Cobertura em uma Data de Verificação, a Companhia se compromete a aportar recursos adicionais ao Fundo de Reserva no montante necessário ao reenquadramento do Índice de Cobertura, ou seja, aportar a diferença entre o valor do saldo devedor total dos Direitos Creditórios Imobiliários Elegíveis e o valor equivalente ao Índice de Cobertura, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia de notificação da Securitizadora neste sentido, sob pena de incidência de Encargos Moratórios, observado que tal obrigação de recomposição pela Companhia é limitada ao Montante Global de Aporte (conforme abaixo definido); (p) Obrigações de Aporte ao Fundo de Reserva: o Fundo de Reserva será constituído pela Securitizadora mediante retenção de valores decorrentes do fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios Imobiliários por 6 (seis) meses consecutivos, a contar da data da primeira integralização dos CRI (inclusive) ("Período de Constituição") e deverá corresponder ao montante total de R$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais) até o final do Período de Constituição ("Valor de Constituição do Fundo de Reserva"). Caso seja verificado pela Securitizadora, no 5º (quinto) Dia Útil antecedente ao encerramento do Período de Constituição, que o saldo do Fundo de Reserva ainda não corresponde ao Valor de Constituição do Fundo de Reserva, a Companhia deverá aportar na Conta do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), em moeda corrente nacional, o montante correspondente à diferença entre o saldo do Fundo de Reserva e o Valor de Constituição do Fundo de Reserva, ou seja, o montante necessário para o atingimento do Valor de Constituição do Fundo de Reserva ("Aporte para Constituição do Fundo de Reserva"), observadas as condições estabelecidas no Contrato de Cessão. Sem prejuízo da composição do Valor do Fundo de Reserva com o fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários e, se for o caso, com o Aporte para Constituição do Fundo de Reserva, caso o Fundo de Reserva, após o Período de Constituição, corresponda a montante igual ou inferior a 2 (duas) parcelas projetadas imediatamente vincendas acrescidas de eventuais parcelas em aberto dos CRI ("Valor Mínimo do Fundo de Reserva"), a Companhia se compromete a recompor o Fundo de Reserva ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia de notificação da Securitizadora neste sentido, sob pena de incidência de Encargos Moratórios. As obrigações de aporte pela Companhia estabelecidas acima, bem como a obrigação de aporte para reenquadramento do Índice de Cobertura prevista no item (o) acima são cumulativamente limitadas ao montante global agregado de **R$ 83.300.000,00 (oitenta e três milhões e trezentos mil reais)**, seja em único ou em diversos eventos ao longo da vigência dos CRI ("Montante Global de Aporte"); (q) Opção de Compra: Na ocorrência de: (i) substituição da Companhia, na qualidade de *Servicer* responsável pela administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários, excetuados os casos em que a Companhia, intencionalmente, der causa a tal substituição; ou (ii) qualquer alteração das características dos CRI descritas na Cláusula 4 do Termo de Securitização, inclusive as alterações descritas na Cláusula 13.10 do Termo de Securitização, após a primeira integralização dos CRI e sem o prévio e expresso consentimento da Companhia para alteração das características dos CRI, a Companhia poderá adquirir a totalidade dos Direitos Creditórios Imobiliários, a seu exclusivo critério, por si e por conta e ordem das Sociedades, conforme mandato outorgado no Contrato de Cessão, mediante o pagamento do Preço de Exercício (conforme definido no Termo de Securitização), em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data (a) em que o *Servicer* for substituído na administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários; ou (b) que a Companhia tomar conhecimento das alterações de que trata o item "ii" acima; (r) Lastro dos CRI: os CRI estarão lastreados em direitos creditórios imobiliários, representados pelas Cédulas de Crédito Imobiliário fracionárias ou integrais, conforme o caso ("CCI"), as quais serão emitidas pela Securitizadora, sob a forma escritural, por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Fracionárias ou Integrais, Sem Garantia Real, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*", celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios Ltda., acima qualificada, na qualidade de instituição custodiante e registradora, nomeado nos termos do artigo 18 § 4º e 19, inciso II, da Lei nº 10.931/04 ("Escritura de Emissão de CCI" e "Instituição Custodiante", respectivamente), para representar os direitos creditórios imobiliários (i) decorrentes de empreendimentos residenciais destinados à venda a terceiros, desenvolvidos pelas Cedentes ("Empreendimentos"); (ii) com classificação de risco mínima de "(H)" atribuída pela Companhia de acordo com a metodologia de atribuição de classificação de risco especificada do Anexo V do Contrato de Cessão (conforme abaixo definido); (iii) que não tenham em atraso em qualquer parcela, considerando como data base 5 de agosto de 2024 ("Data Base da Cessão"); (iv) que tenham saldo devedor na Data Base da Cessão de, no mínimo, R$ 2.000,00 (dois mil reais); (v) que tenham sido aprovados na auditoria jurídica realizada pelo *Backup Servicer*; (vi) que tenham, no mínimo, 3 (três) parcelas a vencer, na Data Base da Cessão; e (vii) caso tenham sido objeto de renegociação anteriormente à Data Base da Cessão, que tenham, no mínimo, 5 (cinco) parcelas adimplidas após a renegociação; devidos pelos clientes descritos e relacionados no Contrato de Cessão (conforme definido abaixo) ("Clientes"), de forma irrevogável e irretratável, relativamente ao preço de aquisição e para aquisição dos imóveis identificados no Contrato de Cessão ("Imóveis"), na forma e prazo estabelecidos nos respectivos instrumentos de contratação e atualizado monetariamente pela variação acumulada do índice previsto nos respectivos instrumentos de confissão de dívida relacionados no Contrato de Cessão, todos decorrentes de instrumentos de confissão de dívida ("Instrumentos de Confissão de Dívida"), incluindo a respectiva remuneração, conforme o caso, na periodicidade ali estabelecida, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos respectivos Clientes por força dos Instrumentos de Confissão de Dívida, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades e garantias previstos nos Instrumentos de Confissão de Dívida, observado que a cessão não abrange juros de obras e eventuais reembolsos de despesas devidos pelo Cliente, como por exemplo, de tributos e custos de cartórios aplicáveis quando da transferência dos Imóveis ("Direitos Creditórios Imobiliários"). **(ii) Aprovar** a celebração do "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, Sob o Rito de Registro Automático, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Classe Sênior e da Classe Subordinada da 344ª Emissão da True Securitizadora S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Securitizadora, a Companhia e a **GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE VALORES**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3064, 12º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.913.436/0001-17, na qualidade de coordenador líder da Oferta; **(iii) Aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários e Outras Avenças*", a ser celebrado entre Companhia, as sociedades listadas no **Anexo I** deste documento ("Sociedades", em conjunto com a Companhia, "Cedentes") e a Securitizadora ("Contrato de Cessão"), por meio do qual as Cedentes cederão a totalidade dos Direitos Creditórios Imobiliários de suas respectivas titularidades à Securitizadora, no valor nominal total indicado no Anexo I a esta ata, sem coobrigação acerca do adimplemento dos Direitos Creditórios Imobiliários pelos Clientes, observada a possibilidade de Reembolso Compulsório; **(iv) Aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Servicing e Backup Servicing de Carteira de Recebíveis Imobiliários*" a ser celebrado entre Maximus Servicer Assessoria e Consultoria em Crédito Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.894.972/0001-23 ("*Backup Servicer*"), a Securitizadora e a Companhia, tendo como interveniente as demais Cedentes ("Contrato de Servicing e Backup Servicing"); **(v) Aprovar** a celebração, pelos seus representantes legais, de todos os documentos necessários à Securitização e à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários das Sociedades, na qualidade de representantes destas, conforme cláusula de representação prevista em seus respectivos documentos societários decorrente da condição de sócia da Companhia nas Sociedades, bem como, na condição de sócia controladora direta ou indireta das Sociedades, aprovar **(a)** a cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários de titularidade das Sociedades, devidamente identificados no Contrato de Cessão, e **(b)** a celebração do Contrato de *Servicing* e *Backup Servicing*; e **(vi) Autorizar** a Diretoria da Companhia e os administradores ou diretores das Sociedades, direta ou indiretamente por meio de procuradores, inclusive na qualidade de representantes das Sociedades, a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações dos itens (i) a (v) acima, inclusive a assinar quaisquer instrumentos e eventuais aditamentos necessários à implementação da Securitização ora aprovada, podendo, inclusive, mas não se limitando: **(a)** definir e aprovar o teor dos documentos relacionados à Securitização; **(b)** praticar os atos necessários à assinatura do Termo de Securitização, do Contrato de Distribuição, do Contrato de *Servicing* e *Backup Servicing*, do Contrato de Cessão e de quaisquer outros documentos necessários à realização da Securitização e quaisquer aditamentos; **(c)** praticar os atos necessários à contratação das instituições necessárias para a efetivação da Securitização, incluindo, mas não se limitando a, contratação do Coordenador Líder, na qualidade de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, dos assessores legais, do escriturador, do banco liquidante, do Agente Fiduciário, da Securitizadora, da Instituição Custodiante, do auditor independente, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, fixar-lhes honorários; **(d)** realizar a publicação e o arquivamento dos documentos de natureza societária perante a junta comercial competente; e **(e)** tomar as providências necessárias junto a quaisquer órgãos ou autarquias, nos termos da legislação em vigor, bem como tomar todas as demais providências necessárias para a efetivação da Securitização, conforme ora aprovado; bem como **ratificar** todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 06 de setembro de 2024. **Presidente: Rubens Menin Teixeira de Souza; Secretária: Fernanda de Mattos Paixão.** Membros do Conselho de Administração Presentes: **Rubens Menin Teixeira de Souza; Maria Fernanda N. Menin T. de Souza Maia; Betania Tanure de Barros; Antonio Kandir; Silvio Romero de Lemos Meira; Paulo Sergio Kakinoff; Leonardo Guimarães Corrêa; e Nicola Calicchio Neto.** *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* Confere com o original: **Fernanda de Mattos Paixão** Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11964937 em 10/09/2024 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 245553711 - 06/09/2024. Efeitos do registro: 06/09/2024. Autenticação: 1988756F275EED2DD1FC3B1AB56A2AFC1F50CADC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/555.371-1 e o código de segurança EGmo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ENERGISA PARTICIPAÇÕES NORDESTE S.A.
CNPJ Nº 51.126.397/0001-01
NIRE 31.3.0015627-3
GRUPO energisa

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Energisa Participações Nordeste S.A. ("Companhia") realizada em 23 de agosto de 2024, lavrada na forma de sumário

1. Data, hora e local: Ao 23º dia de agosto de 2024, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Praça Rui Barbosa, nº 80, parte, no município de Cataguases, estado de Minas Gerais, CEP 36770-034. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica da assinatura no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente, o Sr. Guilherme Fiuza Muniz, e Secretária, Sra. Jaqueline Mota F. Oliveira. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a lavratura da presente ata de assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** a ratificação da nomeação de Jorge Luiz de Souza Cerqueira, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 048485/O-1 e no CPF sob o nº 424.091.366-72, residente e domiciliado à Rua Major Vieira, nº 403 apto. 301, município de Cataguases, estado de Minas Gerais, André Fabiano de Oliveira Siqueira, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/RJ sob o nº 105443/O-7 e no CPF sob o nº 037.481.647-69, residente e domiciliado à Rua Professor Geraldo Moreira da Costa, nº 46 apto. 201, Bairro Recanto das Palmeiras, município de Cataguases, estado de Minas Gerais, e Thiago dos Santos Queiroz, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/RJ 115988/O-0 e no CPF sob o nº 078.499.356-40, residente e domiciliado à Rua Dr. Walter Gomes Rosa, nº 86, Bairro Colinas, município de Cataguases, estado de Minas Gerais ("Peritos"), na qualidade de peritos selecionados pela Companhia a fim de atender ao disposto no artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, para fins de avaliação do acervo líquido composto por **(a)** ações da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Avenida Engenheiro Agrônomo Álvaro Ferreira, nº 155, CEP 58070-408, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.095.183/0001-40 ("Energisa Paraíba") representativas da totalidade do capital social da Energisa Paraíba ("Ações Energisa Paraíba"), de titularidade da acionista Energisa S.A. **(b)** passivo registrado pela Energisa S.A. decorrente da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, em série única, para distribuição pública da Companhia, conforme termos e condições do "Termo de Emissão da 2ª Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Distribuição Pública, da Energisa S.A." celebrado em 29 de julho de 2024, entre a Companhia, na qualidade de Emitente, e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário ("Dívida"), e **(c)** moeda corrente nacional ("Acervo Líquido" e "Laudo de Avaliação"); **(iii)** o Laudo de Avaliação; **(iv)** um aporte de recursos na Companhia no montante total de R$ 725.553.159,55 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), integralizado por meio da contribuição do Acervo Líquido, mediante a emissão de 725.553.159 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, por um preço de emissão por ação de R$ 1,00 (um real), sendo que, do preço de emissão total, o montante de R$ 362.776.579,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais) será destinada à conta de capital social da Companhia, e a parcela remanescente, no valor de R$ 362.776.580,55 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos), será destinada à formação da conta de reserva de capital da Companhia; **(v)** a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a aprovação das deliberações aqui tomadas; **(vi)** a assunção, pela Companhia, das obrigações da Energisa S.A. decorrentes da Dívida, em razão da contribuição do Acervo Líquido ora aprovada; e **(vii)** a autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **5. Deliberações:** Pelo acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia em forma de sumário nos termos do artigo 130 e seus §§, da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Ratificar a nomeação e contratação dos Peritos, selecionados pela Companhia no intuito de atender ao disposto no artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, para elaboração do Laudo de Avaliação. 5.2.1 Nos termos da legislação vigente, os Peritos declararam: **(a)** não ser titulares, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Companhia; **(b)** não ter conflito de interesses que lhes diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e **(c)** que não houve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários. 5.3. Aprovar o Laudo de Avaliação, constante do Anexo I a esta ata, elaborado pelos Peritos, com data-base de 31 de julho de 2024, relativo ao Acervo Líquido, avaliado pelo seu valor contábil, em R$ 725.553.159,55 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), sendo esse devidamente arquivado na sede da Companhia. 5.4. Aprovar o aporte de recursos na Companhia no montante correspondente ao valor do Acervo Líquido de R$ 725.553.159,55 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), mediante a emissão de 725.553.159 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, por um preço de emissão por ação de R$ 1,00 (um real), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, desprezando-se os centavos para fins de arredondamento, sendo que, do preço de emissão total, o montante de R$ 362.776.579,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais) foi destinado à conta de capital social da Companhia, e a parcela remanescente, no valor de R$ 362.776.580,55 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos), foi destinada à formação da conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1.º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações. 5.4.1 A totalidade das novas ações ordinárias ora emitidas são subscritas e serão integralizadas, pela Energisa S.A., mediante a conferência do Acervo Líquido, nos termos do boletim de subscrição que consta do Anexo II. 5.5. Em decorrência das deliberações tomadas nos itens 5.2 a 5.4 acima, aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é de R$ 362.777.579,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais), dividido em 725.554.159 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal".* 5.6. Aprovar a assunção, pela Companhia, das obrigações da Energisa S.A. decorrentes da Dívida, em razão da contribuição do Acervo Líquido ora aprovada, de modo que a Companhia passe a figurar como emitente e devedora no âmbito da Dívida. 5.7. Autorizar que a administração da Companhia pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações tomadas acima, ficando ratificados os atos já praticados neste sentido. **6. Aprovação e Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Município de Cataguases, 23 de agosto de 2024. *Mesa*: Presidente: Guilherme Fiuza Muniz; Secretária: Jaqueline Mota F. Oliveira. *Acionistas*: Energisa S.A., acionista representada por Guilherme Fiuza Muniz. Confere com o original que se acha lavrado no livro. Cataguases, 23 de agosto de 2024. **Guilherme Fiuza Muniz** - Presidente.

GIRO PELO MUNDO

STEFAN SALEJ

Ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), empresário, analista da política internacional e presidente da Slovenian Global Business Network

Da Venezuela, de novo e de sempre

De todos os conflitos, do ataque terrorista do Hamas a Israel, que vai fazer um ano, da invasão russa à Ucrânia, que está fazendo dois anos e meio, dos conflitos na África, com milhares de mortos e refugiados, a situação na Venezuela é a que mais afeta o Brasil.

Temos uma fronteira extensa, mal protegida. Mais de um milhão de refugiados venezuelanos procuraram o Brasil para começar uma vida nova. E diariamente estão chegando a Roraima centenas deles. E porque a Venezuela deve ao Brasil alguns bilhões de dólares. E também porque é da Venezuela que vem energia elétrica para o extremo norte do Brasil.

Um vizinho dos mais ricos em recursos naturais, está há 23 anos sob um regime populista pseudo-socialista estabelecido por seu líder da época, Hugo Chávez, chamado bolivarianismo, que depois virou chavismo, e que tem em Maduro seu líder e presidente do país.

E Maduro, que manipulou as últimas eleições e quebrou todos os acordos que foram feitos para que as eleições fossem transparentes e honestas, se permite sem cerimônia desfazer do presidente do Brasil com palavras nunca antes vistas na diplomacia. Humilhante, como foi também humilhadora a posição da Venezuela ao pressionar o Brasil no que diz respeito a cuidar dos interesses da Argentina em Caracas.

Maduro perdeu as eleições de cartas marcadas e o Brasil, que apoiou o chavismo desde o início, se vê agora às voltas com um governo que colocou o Brasil face ao mundo numa situação constrangedora. Não reconheceu a vitória da oposição, tão clara como o sol do meio-dia, como fizeram inúmeros países. O PT declarou com todas as letras que Maduro ganhou. E Maduro, que prendeu milhares de opositores, além das dezenas de mortos em protestos, conseguiu, com a ajuda da Espanha, exilar o suposto vitorioso das eleições. Os espanhóis, que estão cheios de declarações sobre democracia, salvaram Maduro, deram a ele um mandado de seis anos com apoio da União Europeia e salvaram seus investimentos. Acabou o jogo. Maduro ganhou.

O governo brasileiro, grande amigo de Maduro, perdeu. Nós vamos continuar vizinhos de um país governado por um autocrata que ainda tem pretensões sobre a região de Esquibo e Guiana, onde há um novo boom petroleiro, dominado pelos chineses, russos, cubanos e iranianos, todos amigos do governo do Brasil, mas todos inimigos do mundo ocidental.

Continua-se consolidando um regime em total desacordo com tudo o que Brasil representa como país democrático. A opinião pública brasileira há muito não aceita esse apoio a um regime como o que está lá. E pior, esse regime contraria todos os interesses do Brasil.

Lamentavelmente o cenário futuro apresenta uma convivência conflituosa difícil de se resolver.

De acordo com Abrasel em Minas, bares e restaurantes podem faturar até 15% a mais FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Retorno do horário de verão divide opiniões

CONSUMO DE ENERGIA **Para setor energético, medida pode ter "efeitos tímidos", mas para comércio é positiva pelo aumento de faturamento de bares e restaurantes**

LEONARDO MORAIS

O governo federal está avaliando a possibilidade de retorno do horário brasileiro de verão com o intuito de reduzir o consumo de energia elétrica no Brasil. A retomada da medida - que já foi aplicada anualmente entre 1985 e 2019 - agora divide opiniões e é considerada ultrapassada, apesar de beneficiar setores como comércio e serviços.

Após a confirmação da possibilidade pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, foi marcada para a próxima segunda-feira (16) uma reunião entre o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), a Secretaria Nacional de Energia Elétrica (MME) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O objetivo é que, a partir desse encontro, seja elaborado um plano de contingência para o próximo verão, bem como o planejamento energético de 2025.

A medida, entretanto, pode ter efeitos tímidos no setor elétrico em razão de mudanças no comportamento do consumidor, além de evoluções tecnológicas ao longo dos anos. Para o consultor de Mercado de Energia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Sérgio Pataca, o Brasil que anteriormente tinha um pico energético considerável no final da tarde, hoje apresenta uma maior linearidade no consumo.

O especialista acrescenta que o consumo aumentou na parte da tarde em razão do uso de ar-condicionado, que é frequentemente usado entre 12h e 15h. "O pico energético é diferente do passado. O horário de verão, então, perdeu o sentido e não faz muita lógica", analisa.

Geração e armazenamento - Apesar disso, a necessidade de uma reavaliação é vista com bons olhos por Pataca, que avalia a possibilidade de uma retomada em outros moldes a partir de um estudo aprofundado.

Segundo ele, adiantar apenas uma hora não é algo extremamente eficaz para o setor energético, apesar de trazer benefícios: "Com o horário de verão, comércios vendem mais e alguns perfis de consumo são beneficiados, mas para o sistema elétrico, o horário de verão não faria diferença".

A solução em termos de eficiência energética pode estar atrelada a estratégias focadas em geração de energia. Para o especialista, os atuais esforços deveriam passar por investimentos em geração e armazenamento de energia, como a construção e otimização de novas usinas, incentivo às energias solares e eólicas, a fim de construir mecanismos que suportem à demanda do sistema.

Apesar das incertezas quanto à eficácia, para o CEO da ForGreen - empresa mineira que atua no fornecimento de energia elétrica solar fotovoltaica - Antônio Terra, a medida é importante para garantir a estabilidade do sistema elétrico e deve ser atrelada ao incentivo do uso de outras fontes energéticas. "Com as mudanças no regime de chuvas, o uso da energia solar pode ser eficaz. O grande passo a ser dado para que o custo seja reduzido é tornar a energia solar despachável por meio do sistema de armazenamento", reforça.

"Bons olhos" para comércio - Por outro lado, o retorno do horário de verão é visto com otimismo por entidades do comércio. De acordo com a presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) em Minas Gerais, Karla Rocha, a medida poderá impactar positivamente e elevar em até 15% o faturamento de bares e restaurantes.

O impacto, segundo ela, é resultado de um maior período de luz natural nos espaços, além de viabilizar o aumento do lazer e consumo da população. Além disso, Karla Rocha pontua que a volta do horário de verão poderá reduzir a tarifa de energia dos negócios em Minas Gerais, mas garante que o foco principal é aumentar o faturamento do setor.

Apesar do otimismo da categoria, a economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG), Gabriela Martins, ressalta que o gasto do consumidor também está atrelado a outros fatores, como renda disponível e o endividamento. A economista frisa que é preciso considerar a cautela do consumidor e os elevados níveis de juros do País.

A expectativa, entretanto, é que os negócios avancem no Estado durante o período, apostando em promoções e ações de *happy hour* para atrair clientes. "Minas é reconhecida pela vasta gastronomia. Com o horário de verão, é esperado um aumento no fluxo de pessoas nas ruas e isso poderá agregar ainda mais valor durante o verão", analisa.

Além do potencial culinário mineiro, Gabriela Martins pontua que o horário de verão também faz com que os consumidores frequentem mais os bares, seja em razão da maior duração do dia, além do clima típico do verão. "Temos vários fatores aqui que geram realmente uma expectativa muito boa, são só para Minas Gerais, como também para todo o País", conclui.

Sérgio Pataca: Brasil hoje apresenta maior linearidade de consumo e pico energético é diferente FOTO: DIVULGAÇÃO / FIEMG

> **"Solução em termos de eficiência energética pode estar atrelada a estratégias focadas em geração de energia"**

Medida foi instituída primeiro por Vargas

O horário brasileiro de verão foi instituído pela primeira vez pelo então presidente Getúlio Vargas, de 3 de outubro de 1931 a 31 de março de 1932.

No Brasil, o horário de verão funcionou continuamente de 1985 até 2019, quando o governo federal passado decidiu revogá-lo, em abril de 2019, alegando pouca efetividade na economia energética.

Antes da extinção, o período de vigência do horário de verão entre os meses de outubro e fevereiro era definido, de acordo com critérios técnicos, para aproveitar as diferenças de luminosidade entre os períodos de verão e do restante do ano. A medida impactava na redução da concentração de consumo elétrico entre 18 horas e 21 horas.

Até a extinção, o horário de verão era aplicado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, ainda, no Distrito Federal. E ficavam de fora da política pública as regiões Norte e Nordeste, por não representar redução da demanda energética significativa nos estados das duas regiões, devido à diferença na luminosidade em relação ao restante do país.

De acordo com o decreto nº 9.242 de 2017, a hora de verão funcionava a partir de zero hora do primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano seguinte. Mas, se coincidisse com o domingo de carnaval, o encerramento ocorria no domingo seguinte. **(ABr)**

Vendas do varejo no Estado crescem 4% em julho

IBGE Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) aponta expansão próxima ao resultado nacional (4,4%) frente ao mesmo mês de 2023; porém, com ajuste sazonal, na passagem de junho para julho deste ano, recuo foi de 0,1%

JULIANA GONTIJO

Próximo ao resultado brasileiro, que apresentou alta de 4,4%, as vendas do varejo de Minas Gerais apresentaram expansão de 4% em julho na comparação com igual mês de 2023, conforme a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) divulgada ontem (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"O resultado positivo do varejo mineiro tem sido sustentado neste ano, principalmente, pelas vendas de veículos, artigos farmacêuticos e outros artigos de uso pessoal e doméstico, que incluem as lojas de departamento", analisa o economista do C6 Bank, Heliezer Jacob.

De acordo com o IBGE em Minas, cinco das oito atividades investigadas no Estado apresentaram avanço na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com destaque para equipamentos e materiais de escritório (77,1%) e artigos farmacêuticos (15,2%).

Frente a julho do ano passado, a variação das vendas no comércio varejista foi predominantemente positiva em termos regionais, alcançando 25 das 27 unidades da federação, com destaque para: Tocantins (18,1%), Paraíba (18,0%) e Piauí (16,4%). Os únicos resultados não positivos foram a estabilidade de Roraima (0,0%) e a queda do Rio Grande do Sul (-4,6%).

O resultado de julho na comparação com igual mês de 2023 (4%), foi superior ao verificado pelo IBGE em Minas em junho, que apresentou incremento de 3,5% nas vendas do varejo ante igual mês do exercício passado.

Série com ajuste sazonal - Na passagem de junho para julho de 2024, na série com ajuste sazonal, o volume de vendas do comércio varejista em Minas Gerais recuou 0,1%, segundo recuo consecutivo depois de sete avanços. Já no Brasil, o resultado registrado foi um avanço de 0,6%, após queda em junho.

Na análise do Boletim Econômico do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em julho, o Estado registrou estabilidade, com recuo de 0,1%, sendo o melhor mês de julho desde o início da série histórica, em 2011. O economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva, observa que o desempenho nos segmentos de combustíveis, supermercado e alimentos têm limitado o crescimento mineiro. "Os preços têm tido uma alta bem superior no Estado do que a verificada no Brasil. Se está mais caro, vendemos menos", diz.

Ele acrescenta que o mercado de combustíveis é mais oligopolizado no Estado. "Os proprietários das distribuidoras aqui têm maior facilidade para reajustar preços, com aumentos reais superiores aos do restante do País", afirma.

> "No acumulado do ano frente ao mesmo intervalo de 2023, as vendas do varejo mineiro cresceram 4,9%, segundo IBGE"

Altas nos acumulados - No acumulado do ano frente ao mesmo intervalo de 2023, as vendas do varejo mineiro cresceram 4,9% conforme o levantamento do IBGE, ficando um pouco abaixo do aumento no Brasil, que foi de 5,1% no mesmo período. E no acumulado dos últimos 12 meses, a expansão em Minas foi de 4,3%, superando o resultado nacional, que apresentou alta de 3,7%.

Resultado positivo do varejo mineiro tem sido sustentado no ano, principalmente pelas vendas de veículos e artigos de uso pessoal, aponta economista do C6 Bank FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

O analista do IBGE Minas, Daniel Dutra, faz um balanço positivo dos resultados do varejo mineiro. Ele observa que no Estado, nos últimos 12 meses, foram registradas nove taxas positivas e três negativas, evidenciando uma tendência de crescimento do setor.

"Com exceção da série com ajuste sazonal, com recuo de 0,1% em julho frente junho, resultado praticamente estável, os demais resultados foram de crescimento nas vendas", analisa.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, foi verificado incremento de 8,5% nas vendas em Minas Gerais. No ano, acumulou alta de 2,5% e nos últimos 12 meses, 1,9%.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Indústria cria menos vagas, mas paga mais

A indústria, o setor que paga os maiores salários médios aos trabalhadores com carteira assinada, foi o segmento produtivo que menos criou vagas de emprego formais em 2023. A informação consta dos dados preliminares da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2023, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ontem (12).

No geral, os cinco principais setores registraram crescimento dos vínculos formais, com a criação de 1.511.203 postos de trabalho. Agora, o estoque de empregos formais no setor privado passou de 42.957.808 milhões, em 31 de dezembro de 2022, para 44.469.011 milhões no fim do ano passado, uma variação positiva de 3,5%.

O resultado foi puxado pela construção civil, que ampliou em 181.588 (6,8%) o número de vínculos formais no mesmo período. No segmento de serviços foram criadas 962.877 vagas, um resultado 4,8% superior ao de 2022. O comércio cresceu 2,1%, com 212.543 vínculos, e a agropecuária cresceu 1,9%, com 33.842 vínculos, enquanto a indústria registrou um incremento de 121.318 vínculos, crescimento de 1,4%.

"O segmento com maior salário médio permanece sendo a indústria, com R$ 4.181,51, seguida por serviços (R$ 3.714,89); construção civil (R$ 3.093,97); comércio (R$ 2.802,51) e agropecuária (R$ 2.668,58)", disse a subsecretária nacional de Estatística e Estudos do Trabalho, Paula Montagner, destacando que, na média, os salários pagos aos trabalhadores formais na iniciativa privada subiram 3,6%, já considerando a inflação do período, passando de R$ 3.390,58 para R$ 3.514,24.

Os dados completos da Rais só serão divulgados no 4º trimestre **(ABr)**

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — SOLD LEILÕES

1º LEILÃO: 27 de setembro de 2024, a partir das 10h50min
2º LEILÃO: 30 de setembro de 2024, a partir das 14h50min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010342102, firmado em 27/10/2022, com o(s) **Fiduciante(s) ANA PAULA SILVA**, maior, inscrito no CPF n° 013.289.836-50, no dia **27 de setembro de 2024, a partir das 10h50min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)**, o imóvel matriculado sob n° 52.964 do Oficial de Registro de Imóveis de Esmeraldas/MG, constituído pela Casa 02 situada na Rua Raposos, nº 145, Condomínio Residencial Salentein, Bairro São Pedro, em Esmeraldas/MG, com área construída de 68,50m², área livre de 178,70 m², vaga de estacionamento, área total real de 247,20 m², fração ideal de 0,5000 do lote nº 19, da quadra nº 63, com a área de 494,40m². Cadastro Municipal: 01.080.063.0319.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Recai sobre o imóvel ação 5002734-15.2024.8.13.0241. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **30 de setembro de 2024, a partir das 14h50min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 285.989,39 (Duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22588).

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 24/09/2024, às 11:00hs / 2º Público Leilão: 25/09/2024, às 11:00hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Casa nº 121 da rua Raul Pompeia, Belo Horizonte/MG, com todas as suas instalações, benfeitorias e pertences, e seu respectivo terreno, com a área de 171,00m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 041707.2.0011512-76 trasladada da Matrícula nº 11.512 do 4º Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.756.692,37 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.166.887,26 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: FABRICA DE ROUPAS SABA LTDA, CNPJ: 17.161.423/0001-96, rua Horta Barbosa, 466, bairro Renascença, Belo Horizonte/MG, CEP: 31140-260. REPRESENTANTES LEGAIS: VICTOR DE ALMEIDA SABA, brasileiro, administrador, solteiro, nascido em 29/04/1967, RG: M3474017 SSP/MG, CPF: 761.937.306-30, e ADRIANA DE ALMEIDA SABA, brasileira, administradora, solteira, nascida em 03/01/1966, RG: M-3.355.683 SSP/MG, CPF: 739.994.31687 residentes e domiciliados à Rua Américo Werneck, 705, bairro Mangabeiras, Belo Horizonte/MG, CEP: 30210-370, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 12.009.135/0001-05 - NIRE 313.001.0607-1
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024

1. Data, Horário e Local: Aos 13 de agosto de 2024, às 17h00min, realizada de forma híbrida, por videoconferência e na sede social da Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança" ou "Companhia"), localizada em Belo Horizonte, MG, Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30170-050. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi instalada e presidida na forma estatutária. Presentes os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia ou, na ausência do membro efetivo, os membros suplentes, abaixo assinados. **3. Mesa:** I) Presidente: Sra. Ludmila Lopes Nascimento Brasil; e (II) Secretária: Sra. Lívia Cristina Pulis Ateniense. **4. Ordem do Dia:** Eleição da Diretoria. **5. Discussões e Recomendações sobre a Ordem do Dia**: Instalada a reunião, os membros apreciaram a ordem do dia e, após debates e discussões, o Conselho de Administração **aprovou**: 5.1. A eleição do Sr. **Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade M-3.968.639, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 713.043.046-04, domiciliado em Sete Lagoas/MG, com endereço comercial na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30170-050, para o novo cargo de **Diretor de Operação e Engenharia da Companhia**, indicado pela acionista Vale S.A., para cumprir o restante do prazo do mandato unificado, ou seja até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2026. 5.2. A eleição do Sr. **Paulo de Tarso de Alexandria Cruz**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1741878, expedida por SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 695.649.731-04, domiciliado em Belo Horizonte, Minas Gerais, com endereço comercial na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30.170-050, para assumir interinamente o cargo de **Diretor Financeiro e Administrativo**, indicado pela acionista Vale S.A., para cumprir a função até que seja realizada a nomeação de um novo Diretor para o cargo ou até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2026. Os Diretores tomarão posse nesta data, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, arquivado na sede da Companhia, sendo que, antecipadamente, declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, na forma e para os fins do artigo 147, §1º, da Lei nº 6.404/1976. Em virtude da deliberação acima, fica ratificada a composição da Diretoria da Companhia da seguinte forma: **Diretor/Cargo:** Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho: Diretor de Operação e Engenharia; Paulo de Tarso de Alexandria Cruz: Diretor Financeiro e Administrativo. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pela mesa e pela unanimidade dos presentes dos Conselheiros presentes. **ASSINATURAS** (assinado digitalmente): Mesa - Ludmila Lopes Nascimento Brasil - Presidente da Mesa e Lívia Cristina Pulis Ateniense - Secretária da Mesa. Conselho de Administração: Ludmila Lopes Nascimento Brasil (Conselheira Titular), Paulo de Tarso de Alexandria Cruz (Conselheiro Titular) e João Sichieri Moura (Conselheiro Titular). Confere com o original lavrado em livro próprio. Lívia Cristina Pulis Ateniense. JUCEMG - Registro nº 11961094 em 09/09/2024 e Protocolo 245434836 em 03/09/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

"**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, TROCA DE ÓLEOS E LAVA – RÁPIDOS DE POÇOS DE CALDAS E REGIÃO - CNPJ nº 08.107.490/0001-31 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO** – Pelo presente Edital ficam convocados todos os associados ou não, membros da categoria para participarem da Assembleia Geral que será realizada no dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e quatro (22/09/2024), às 10h00m, em convocação única, na cidade de Pouso Alegre /MG, sito à Rua Capitão Pedro Narciso, n. 57, Centro, a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação ou não quanto a venda e compra de automóvel da entidade. Pouso Alegre, 13 de setembro de 2024. Raimundo Odilon Gama - Presidente".

O Empreendedor (ADILSON AUGUSTO DOS SANTOS), nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à Unidade Regional de Regularização Ambiental SUPRAM - CM, o Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC 2 para a **GRANJA BRASILIA AGROINDUSTRIAL AVICOLA LTDA**, com atividade de Abate de animais de pequeno porte (aves, coelhos, rãs, etc.) código D-01-02-3, município de Ibirité/MG, Classe 5, conforme solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental nº 2024.06.04.003.0002379.

EMCCAMP INCORPORACAO OSASCO SPE LTDA
NIRE: 31211510993 - CNPJ: 35.426.514/0001-98
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS (REDUÇÃO DE CAPITAL)

Aos 10 dias do mês de setembro de 2024, na sede da sociedade empresária Emccamp Incorporação Osasco SPE LTDA., inscrita no CNPJ nº 35.426.514/0001-98, localizada em Rua Gonçalves Dias, 744, sala 09, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-091, ("Sociedade"), reuniram-se os sócios Emccamp Residencial S.A. e Emccamp Empreendimentos e Participações Ltda., únicos sócios da Sociedade, que deliberaram, por unanimidade, pela ***(i)*** redução do capital social da Sociedade, por este ser considerado excessivo em relação ao objeto social (artigo 1.082, II, do Código Civil), passando o valor do capital de R$ 1.149.127,00 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, cento e vinte e sete reais) para R$ 449.127,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil, cento e vinte e sete reais) e; ***(ii)*** aprovação do projeto de alteração do contrato social da Sociedade, consolidando o evento de redução do capital social e determinando que a referida alteração contratual será levada ao arquivamento perante as autoridades competentes assim que transcorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do presente extrato. Declara, ainda, nos termos do art.1.084 do Código Civil, que a redução de capital será efetivada mediante a restituição de parte do valor das quotas aos sócios Emccamp Residencial S.A. e Emccamp Empreendimentos e Participações Ltda., respeitada a proporção e participação no capital social.

EMCCAMP INCORPORAÇÃO SC 01 SPE LTDA.
CNPJ nº 37.010.390/0001-90 - NIRE 31211675755
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS (REDUÇÃO DE CAPITAL)

Aos 10 dias do mês de setembro de 2024, na sede da sociedade empresária EMCCAMP INCORPORAÇÃO SC 01 SPE LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.010.390/0001-90, localizada em Belo Horizonte, Estado Minas Gerais, na Rua Gonçalves Dias, nº 744, Sala 16, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-091, ("Sociedade"), reuniram-se os sócios Emccamp Residencial S.A. e Emccamp Empreendimentos e Participações Ltda., únicos sócios da Sociedade, que deliberaram, por unanimidade, pela ***(i)*** redução do capital social da Sociedade, por este ser considerado excessivo em relação ao objeto social (artigo 1.082, II do Código Civil), passando o valor do capital de R$ 8.004.500,00 (oito milhões, quatro mil e quinhentos reais) para R$ 3.731.000,00 (três milhões, setecentos e trinta e um mil e quinhentos reais) e; ***(ii)*** aprovação do projeto de alteração do contrato social da Sociedade, consolidando o evento de redução do capital social e determinando que a referida alteração contratual será levada ao arquivamento perante as autoridades competentes assim que transcorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do presente extrato. Declara, ainda, nos termos do art.1.084 do Código Civil, que a redução de capital será efetivada mediante a restituição de parte do valor das quotas aos sócios Emccamp Residencial S.A. e Emccamp Empreendimentos e Participações Ltda., respeitada a proporção e participação no capital social.

EMCCAMP INCORPORAÇÃO BUTANTÃ SPE LTDA.
CNPJ n.º 35.364.729/0001-21 - NIRE 31211505043
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS (REDUÇÃO DE CAPITAL)

Aos 10 dias do mês de setembro de 2024, na sede da sociedade empresária Emccamp Incorporação Butantã SPE LTDA., inscrita no CNPJ nº 35.364.729/0001-21, localizada em Rua Gonçalves Dias, 744, sala 08, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-091, ("Sociedade"), reuniram-se os sócios Emccamp Residencial S.A. e Emccamp Empreendimentos e Participações Ltda., únicos sócios da Sociedade, que deliberaram, por unanimidade, pela ***(i)*** redução do capital social da Sociedade, por este ser considerado excessivo em relação ao objeto social (artigo 1.082, II, do Código Civil), passando o valor do capital de R$ 11.210.522,00 (onze milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e vinte e dois reais) para R$ 7.010.522,00 (sete milhões, dez mil, quinhentos e vinte e dois reais) e; ***(ii)*** aprovação do projeto de alteração do contrato social da Sociedade, consolidando o evento de redução do capital social e determinando que a referida alteração contratual será levada ao arquivamento perante as autoridades competentes assim que transcorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do presente extrato. Declara, ainda, nos termos do art.1.084 do Código Civil, que a redução de capital será efetivada mediante a restituição de parte do valor das quotas aos sócios Emccamp Residencial S.A. e Emccamp Empreendimentos e Participações Ltda., respeitada a proporção e participação no capital social.

ipsemg — **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG**
Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.174/2024. Objeto: Contratação de serviços continuados de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, inclusive transdutores convencionais (linear, convexo, setorial), em 02 (dois) equipamentos de ultrassonografia marca PHILIPS, modelo AFFINITI 50, alocados no SRDI-Ultrassom e no CPCV-Cardiologia do Hospital Governador Israel Pinheiro – HGIP/IPSEMG, mediante contrato anual. Data da sessão pública: 30/09/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br**. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas. Belo Horizonte, 12 de setembro de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

COMUNICADO

Dante Guimarães Corradi Reis, responsável pelo empreendimento denominado **HEY RESIDENCE**, de uso residencial, localizado na Rua Maria Elizabet Pessoa, nº 462, Bairro Diamante – BH/MG, torna público que protocolizou requerimento de Licença de Operação ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.

SANDRA TURISMO HOTÉIS S/A
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ 16.934.580/0001-24 - NIRE 313.000.435-68
CARTA DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da SANDRA TURISMO HOTEIS S/A, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os senhores acionistas dessa Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 21 de outubro de 2024, às 16:00 h, na sede social, na Av. Salmeron, 03, Centro, Pirapora-MG, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
Em Assembleia Ordinária:
a) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023;
b) Deliberar sobre a destinação dos resultados apurados em 2023;
AVISO AOS ACIONISTAS: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social, nos documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404, de 15/12/1976.
Pirapora-MG, 30 de agosto de 2024.
Marcelo Ribeiro Felisberto - Diretor Presidente

Comarca De Belo Horizonte/mg. 1ª Vara Empresarial. Processo Nº 5146770-59.2023.8.13.0024 (PJE). Ação De Pedido De Falência. Autor: Banco Fibra S/A RÉU: ENDETEC ENSAIOS NAO DESTRUTIVOS TECNICOS LTDA CNPJ: 09.556.040/0001-99. PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. A Drª Cláudia Helena Batista, MMª. Juíza de Direito, da 1ª Vara Empresarial, em exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi requerida a presente ação, ficando, através deste edital, a requerida, empresa ENDETEC ENSAIOS NAO DESTRUTIVOS TECNICOS LTDA - CNPJ: 09.556.040/0001-99, com sede na RUA GENTIL PORTUGAL DO BRASIL, nº 20, bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, CEP - 30520-540, que está em lugar incerto e não sabido, CITADA, por seu representante legal, para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 98, da Lei 11.101/2005, apresentar defesa ou, em igual prazo, caso queira depositar o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios. Em caso de elisão (parágrafo único do art. 98 da Lei 11.101/05), fixa os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em conformidade com o artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil e Súmula 29 do STJ. Fica, ainda, a requerida intimada para manifestar o interesse na designação de audiência de conciliação a ser designada para realização perante o CEJUSC, bem como advertida de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente. B.Hte. 28/08/2024. K-12e13/09

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna pública a CONCORRÊNCIA Nº 004/2024. Estação Elevatória de Esgoto na Escola Mun. "Padre Waldemar". Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 13/09/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 02/10/2024 às 8h30.

Votação de reoneração da folha é concluída

CONGRESSO NACIONAL Texto aprovado pela Câmara propõe uma transição de três anos para o fim do benefício

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) nº 1.847/24. O texto propõe transição de três anos para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e para a cobrança de alíquota cheia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em municípios com até 156 mil habitantes.

Com a desoneração, empresas beneficiadas podem optar pelo pagamento de contribuição social sobre receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5%, em vez de pagar 20% de INSS sobre a folha de salários. O texto prevê, de 2025 a 2027, a redução gradual da alíquota sobre a receita bruta e o aumento gradual da alíquota sobre a folha. De 2028 em diante, voltam os 20% incidentes sobre a folha e fica extinta a alíquota sobre a receita bruta.

A Casa chegou a aprovar o texto base do PL na quarta-feira (11), mas ainda precisava analisar um destaque ao texto. Trata-se de uma emenda que disciplina a apropriação de depósitos judiciais e recursos esquecidos nos bancos pelo Tesouro Nacional. Nas causas em que a União está envolvida, os depósitos continuarão registrados para os devidos fins, enquanto os valores esquecidos nos bancos poderão ser reclamados em prazos definidos.

A emenda cita ainda que os saldos não reclamados serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita primária e considerados para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário. Ao todo, foram 231 votos a favor e 54 contrários à emenda. Com a conclusão da votação, o texto segue para sanção presidencial.

De 2028 em diante, voltam os 20% incidentes sobre a folha e fica extinta a alíquota sobre a receita bruta, de acordo com texto aprovado na Câmara FOTO: MÁRIO AGRA / AGÊNCIA CÂMARA

"O projeto de lei (PL) surgiu depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a Lei nº 14.784/23, que prorrogou a desoneração (da folha de pagamento) até 2027, por falta de indicação dos recursos para suportar a diminuição de arrecadação"

STF - O PL surgiu depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a Lei nº 14.784/23, que prorrogou a desoneração até 2027, por falta de indicação dos recursos para suportar a diminuição de arrecadação. Um acordo posterior foi fechado no sentido de manter as alíquotas para 2024 e buscar fontes de financiamento para os anos seguintes.

O prazo concedido pelo STF para negociação e aprovação do projeto antes de as alíquotas voltarem a ser cobradas integralmente vencia nesta quarta-feira (11). Por esse motivo, o item entrou na pauta.

Os deputados votavam uma emenda de redação do relator, deputado José Guimarães (PT-CE), mas não houve quórum para encerrar a votação nominal. Era necessária a presença de 257 votantes, mas somente 237 registraram o voto.

O PL contém uma série de medidas que buscam recursos para amparar as isenções durante o período de vigência, incluindo a atualização do valor de imóveis com imposto menor de ganho de capital, o uso de depósitos judiciais e a repatriação de valores levados ao exterior sem declaração. **(ABr/Agência Câmara)**

EXECUTIVO

Lula promete isenção do IR para renda de até R$ 5 mil

Brasília – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu ontem sua promessa de que até o fim de seu governo será implementada a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil.

"Até o final do meu mandato, quem ganha até R$ 5 mil não vai pagar Imposto de Renda neste país, porque é para isso que vocês me elegeram, e é isso que eu vou fazer", disse Lula, durante cerimônia de lançamento da Rede Alyne de Cuidado Integral a Gestantes e Bebês, em Belford Roxo (RJ).

Na semana passada, o presidente disse que quando mandar o Orçamento para o Congresso Nacional em 2026, último ano de seu atual mandato, a peça orçamentária irá prever a isenção de IR para salários de até 5 mil reais.

Cenários possíveis - Ontem, ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a equipe econômica já apresentou alguns cenários possíveis ao chefe do Executivo para o cumprimento da promessa eleitoral de correção da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para R$ 5.000. O valor atual é de dois salários mínimos (R$ 2.824).

"O presidente encomendou da área da Fazenda estudos que permitissem chegar no último ano do seu governo à cifra de R$ 5.000 [de faixa de isenção] e nós apresentamos alguns cenários. Só posso falar [quais] quando ele [Lula] validar um dos cenários, que aí é proposta oficial do governo federal", disse Haddad durante participação no programa "Bom Dia, Ministro".

Sem antecipar quais são as medidas em estudo, o ministro mostrou otimismo com um dos planos desenhados. "Me parece muito consistente a proposta formulada pela área técnica, pelo menos um dos caminhos oferecidos parece bastante promissor do ponto de vista econômico e do ponto de vista político", afirmou Haddad.

De acordo com o chefe da equipe econômica, Lula deve apresentar a proposta para outros ministros "assim que entender conveniente" e deve "bater o martelo em algum momento em um futuro próximo".

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, antecipou que a reforma da renda deverá ser dividida em etapas, sendo o primeiro projeto voltado à pessoa física. A expectativa é que essa primeira etapa seja enviada ao Congresso até o fim do ano.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 não prevê a atualização da tabela do IR no ano que vem, o que ameaça a isenção para quem recebe até dois salários mínimos.

No detalhamento da peça orçamentária, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, apontou a necessidade de uma nova medida de compensação para a perda de receita, caso o governo decida manter o limite atual de isenção.

A ampliação da isenção no Imposto de Renda está na lista de promessas de Lula desde a campanha eleitoral. Na área econômica, a mudança era vista com ressalvas pelo impacto nas contas públicas. Já a ala política considerava que a ampliação do poder de consumo das famílias pode render frutos para o governo, dando impulso à atividade econômica.

Em 2023, o governo promoveu a primeira correção na tabela do IR, após oito anos de congelamento. Em maio deste ano, ampliou a faixa de isenção para quem recebe até dois salários mínimos por mês. O valor, no entanto, segue distante da promessa de Lula de elevar a isenção para quem ganha até R$ 5.000. **(Nathalia Garcia/Folhapress e Reuters)**

ELEIÇÕES 2024

Segurança é desafio para futuro prefeito de BH

Comerciantes de Belo Horizonte esperam que o futuro prefeito da Capital ofereça soluções para os problemas de segurança da cidade. A redução da carga de impostos também é recomendada pela maioria dos empresários. As informações são da pesquisa Reivindicações e Necessidades do Comércio de Belo Horizonte, realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG), divulgada ontem.

A preocupação com a segurança lidera a lista dos pontos a serem melhorados pelo Executivo segundo 41,9% dos lojistas. Mobilidade urbana (12,8%), limpeza, pessoas em situação de rua, qualidade das vias públicas e calçadas, vagas de estacionamento, atual sistema de ônibus, entre outras demandas, também faz parte do rol de melhorias esperadas pelos comerciantes entrevistados.

Em complemento, os empresários elegeram os maiores desafios que eles vêm enfrentando para tocar os negócios na capital mineira. A mão de obra qualificada é o maior deles conforme a pesquisa com 16,9% das respostas, em seguida aparecem o preço alto dos produtos com 16,9% e marketing e venda com 16,4%. A concorrência desleal é citada por 13,3%.

Um percentual de 13,8% dos entrevistados disse não possuir desafios para exercer a atividade comercial.

A próxima gestão municipal deverá se dedicar a reduzir a carga de impostos para melhorar o ambiente de negócios em Belo Horizonte conforme 55,5% dos comerciantes. A redução da burocracia é apontada como outra ação necessária da próxima gestão de acordo com 11,6% dos entrevistados. A taxação de placas e engenhos de publicidade foi citada como ação a ser trabalhada pelo futuro prefeito por 4,5%.

Entre os 391 comerciantes ouvidos pela entidade, 70% responderam que possuem até nove funcionários, perfil próximo do varejo brasileiro em geral.

Além da segurança, lojistas apontam a mobilidade e a limpeza como os pontos que precisam ser melhorados pelo próximo prefeito de BH FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

AGRONEGÓCIO

CURTAS

Prêmio para mel: mineiro em 2º lugar

O produtor Nivaldo Alves da Silva, do Apiário Sul de Minas, em Itajubá, ficou com o segundo lugar na categoria mel claro do Prêmio CNA Brasil Artesanal de Mel 2024. O resultado foi divulgado em uma cerimônia na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, na última quarta-feira (11). O vencedor da categoria foi a apicultora Adriana de Bortoli, do Apiário Máximo, no município de Jaquirana, no Rio Grande do Sul. A outra categoria em disputa foi mel escuro. Além dos finalistas do prêmio e familiares, o evento contou com a presença de diretores do Sistema CNA/Senar, presidentes de federações estaduais, além de dirigentes e representantes do setor empresarial e produtivo. O diretor técnico da CNA, Bruno Lucchi, avaliou o reconhecimento alcançado pelo prêmio. "A CNA enxerga que a melhor forma de você conseguir levar renda ao produtor é ter uma orientação técnica e gerencial de qualidade e buscar a oportunidade de agregar valor ao que ele produz. E esse concurso mostrou a qualidade do mel brasileiro", disse. A lista completa dos vencedores pode ser acessada no site da CNA.

Cai valor da produção agrícola

Em 2023, após seis anos ininterruptos de crescimento, a produção agrícola nacional apresentou retração na geração de valor de produção, em números absolutos, mesmo com a consolidação de um novo recorde na produção de grãos. O valor da produção das principais culturas agrícolas do Brasil alcançou R$ 814,5 bilhões, o que representa uma queda de 2,3%, frente ao ano anterior. É o que aponta a Produção Agrícola Municipal (PAM) 2023, divulgada ontem pelo IBGE. Mas dentre todas as culturas agrícolas, a soja ainda segue em destaque em termos de valor gerado. O volume total produzido chegou a 152,1 milhões de toneladas, um acréscimo de 25,4% no ano. Segundo a pesquisa, a soja apresentou novamente o maior valor de produção entre os produtos agrícolas levantados, totalizando R$ 348,7 bilhões, um acréscimo de 0,4% na comparação com o ano anterior.

FOTO: DIVULGAÇÃO / SIND. PRODUTORES RURAIS DE BURITIZEIRO

Caravana de tratores na Estrada Real

Pela primeira vez, Minas Gerais recebe a caravana de tratores "Viajando com V de Valtra", que celebra a conexão entre história, fé e agricultura. Nesta terceira edição, a ação percorrerá a histórica Estrada Real entre os dias 12 a 15 (domingo). A caravana será formada por 16 máquinas de várias gerações e tecnologias e percorrerá cerca de 200 km, com início em Santana dos Montes e passará por Itaverava, Ouro Branco, Itatiaia, Lavras Novas, Chapada, até chegar a Mariana e Ouro Preto. O grupo se reuniu ontem (12) para revisão final dos tratores antes de pegar estrada e, de hoje a domingo, durante três dias, os mais de 60 participantes, incluindo produtores rurais e agro influenciadores digitais, dentre outros, vão mostrar a força do agronegócio. A caravana é organizada pela Valtra, empresa que comercializa veículos para o agro e que atua no Brasil desde 1960.

1º Concurso da Qualidade é novo cenário para bebida

DIA NACIONAL DA CACHAÇA Certame, que é organizado pela Emater-MG, vai premiar bebidas de alambique e também aguardentes; Estado lidera em nº de cachaçarias no País

MICHELLE VALVERDE

A produção da cachaça de alambique, considerada Patrimônio Cultural dos mineiros desde 2007, é crescente no Estado e tem importante papel na economia estadual. A cachaça faz parte da história do Brasil e é considerada um produto tipicamente brasileiro. Devido à relevância, hoje, 13 de setembro, é comemorado o Dia Nacional da Cachaça. Em Minas Gerais, várias ações têm sido desenvolvidas para promover a maior valorização da bebida. Assim, será realizado o 1º Concurso de Avaliação da Qualidade das Cachaças de Alambique e Aguardentes de Cana Mineiras - Cachaças Mineiras/2024. Ele promete abrir um novo cenário para a bebida.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) é a organizadora e o concurso visa valorizar a cadeia produtiva e incentivar a melhoria contínua dos processos de produção e da qualidade. A expectativa é que o concurso seja um sucesso, assim, como já acontece nos certames estaduais de qualidade do café e do queijo de Minas Gerais, que acontecem há vários anos.

Conforme o engenheiro agrônomo, assessor técnico na área de cana-de-açúcar e cachaça da Emater-MG e coordenador do concurso, Lucas Carneiro, criar um certame para as cachaças de alambique e aguardentes de cana é importante para estimular a maior regularização da produção, para o ganho em qualidade e também para a agregação de valor.

"A Emater-MG já realiza os concursos dos melhores cafés e queijos no Estado, iniciativa que é reconhecida e que traz resultados muito positivos para os produtores vencedores e para a cadeia. Agora, temos o das cachaças e aguardentes de cana e queremos seguir a estrada do café e do queijo. A cachaça é a primeira atividade do agronegócio, porque a cana chegou aqui em 1.516. Então, por bem, deveríamos dar maior atenção para a bebida que é característica de Minas e bebida nacional", aponta.

Os produtos participantes do Concurso de Qualidade estão todos inscritos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Ao todo, 220 bebidas estão concorrendo. O julgamento será encerrado hoje, 13 de setembro, e acontece no Mercado de Origem, em Belo Horizonte, onde está sendo realizado o evento "Descobrindo a Cachaça d'Alambique" - outra ação criada para toda a cadeia produtiva que tem feira, palestras e rodada de negócios

Anuário da Cachaça 2024 aponta que MG é líder em nº de registros da bebida FOTO: DIVULGAÇÃO / EMATER-MG

Excelência - Carneiro explica que para julgar as bebidas foram selecionados 24 jurados com experiência no setor. Todos eles passaram por treinamentos, realizado em parceria com o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas (IFNMG), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Universidade Federal de Lavras (Ufla), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Em novembro, ocorrerá a divulgação dos vencedores. O concurso distribuirá 36 premiações. São 10 categorias para as duas bebidas que serão avaliadas conforme características de armazenamento e envelhecimento.

A expectativa com o concurso da Emater-MG é promover a valorização dos produtos no campo e estimular a qualidade. "Nossa intenção, assim como aconteceu no café e no queijo, é estimular a maior participação dos produtores e também estimular a ampliação da qualidade. Os concursos são importantes porque incentivam a melhoria contínua da bebida e despertam o interesse de outros produtores a participarem", acrescenta Carneiro.

Outra vantagem do concurso é a oportunidade de abertura de mercados. Ao conquistar prêmios, a tendência é que as cachaças e aguardentes se tornem mais conhecidas, atraindo mais consumidores e, consequentemente, agregando valor. "Às vezes o produto é conhecido regionalmente, então, quando se ganha o concurso há uma visibilidade estadual e nacional, gerando, assim, mais pedidos. Pela lei de mercado, a maior demanda gera, normalmente, ganhos em preços. Além disso, há uma valorização da região e do município", reforça ele.

Minas na liderança - Conforme os dados do Anuário da Cachaça 2024, divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Minas foi o estado que concentrou o maior registro de estabelecimentos produtores de cachaças no Brasil em 2023.

O Estado conta com 504 estabelecimentos registrados, correspondendo, assim, a 41,4% das cachaçarias do País. A marca se deve ao crescimento de 7,7% nos registros em 2023 frente a 2022. Ao todo, Minas registrou 36 estabelecimentos a mais em relação a 2022. Esta é a primeira vez que uma unidade da federação supera a marca de 500 cachaçarias registradas.

Os três municípios com o maior número de estabelecimentos registrados estão em território mineiro. O maior é Salinas, no Norte do Estado, com 24 unidades produtoras. Logo em seguida vêm o Alto do Rio Doce, com 20 registros, e Rio Espera, com 16.

Conforme o Mapa, Minas Gerais também lidera no número de registros de cachaças. São 2.144 cadastros, o que corresponde a 35,7% do volume do País. O Estado se destaca ainda com maior número de marcas nos registros de cachaça. Em média, são 8,6 marcas para cada estabelecimento, o que representa 4.341 marcas.

"A cachaça é a primeira atividade do agro, porque a cana chegou aqui em 1.516. Então, deveríamos dar mais atenção para a bebida que é característica de Minas"

Lucas Carneiro

Jurados do 1º Concurso de Qualidade são experientes e tiveram treinamento especial FOTO: DIVULGAÇÃO / EMATER-MG

Dois produtos diferentes

Apesar de serem tratadas como a mesma bebida, a cachaça de alambique e a aguardente são produtos diferentes. Conforme a Emater-MG, a cachaça de alambique é produzida exclusivamente em alambique de cobre e obtida pela destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar crua, com graduação alcoólica de 38% a 48%.

Já a aguardente de cana pode ter teor de álcool maior, variando de 38% até 54%. A bebida é obtida a partir do destilado alcoólico simples da cana-de-açúcar ou do mosto fermentado do caldo de cana. **(MV)**

ENTREVISTA

Lider planeja expansão de 20% no próximo ano

% AURELIO NOGUEIRA

JULIANA GONTIJO

A Lider - marca mineira de mobiliário que une marcenaria artesanal ao *design* - teve recentemente uma mudança no comando. Aurelio Nogueira passou a ocupar, em agosto deste ano, o cargo de CEO, no lugar de Júlio Silveira.

Pautado no seu conhecimento de mercado e nos 40 anos atuando na empresa da família, Nogueira planeja crescimento nas vendas na casa dos 20% para 2025, quando a empresa completa 80 anos. Uma das apostas para o próximo exercício é o desempenho da linha de planejados da Lider, que deve crescer e pode, em alguns anos, ultrapassar a venda de estofados e salas de jantar, hoje os carros-chefes das vendas da empresa. %

Em agosto deste ano você assumiu o cargo de CEO. O que mudou na sua vida e na Lider? Qual o motivo da mudança?
Logicamente a primeira grande mudança foi de agenda, que deu uma enchida pesada em agosto. Eu sempre trabalhei na Lider e boa parte da minha vida profissional foi na área comercial. Desde 2017, tínhamos um CEO externo, o Júlio (Silveira). Ele tem uma experiência muito grande da parte contábil, jurídica e nos ajudou a estruturar a nossa governança. Ele teve um papel muito importante na estruturação do nosso Conselho. Foi muito positivo, pois demos uma virada na estrutura da empresa. Porém, ele não era conhecedor do setor, de imobiliário, de alta decoração. E nós já estávamos sentindo a necessidade de avançar um pouco mais no pós-pandemia e sentimos que devíamos buscar alguém que fosse do mercado. Eu fiz o curso de Conselheiro na Fundação Dom Cabral, inclusive foi na época da pandemia, eu era diretor comercial e fui para o Conselho. Então, conversei com meus irmãos e ele acharam por bem a minha volta, pelo conhecimento que eu tenho do mercado e para fazer a Lider voltar a crescer.

FOTO: DIVULGAÇÃO / LIDER

> **“A nossa fábrica hoje, em Carmo do Cajuru, está entre as maiores do Brasil, porque nós temos dentro de uma planta só uma fábrica de planejados, galpão de logística, uma fábrica de estofados, entre outros”**
> Aurelio Nogueira

Dentro desse contexto, quais as novidades? Houve alguma mudança de estratégia?
Nosso projeto está ‘a todo vapor’ e a gente tem uma expectativa para 2025 de crescimento de 20% nas vendas. Antes mesmo de agosto, em junho, julho, eu já estava fazendo revisão de relatórios das áreas financeira, produção e logística para desenvolver uma proposta para o ano que vem. Nós temos um projeto de abrir uma ou duas revendas plenas, que tem um formato parecido com o de franquia, nos moldes das unidades de Ribeirão Preto (SP) e Goiânia (GO), que são lojas que levam a marca da Lider, têm a bandeira da Lider. Estamos fazendo a prospecção, temos algumas possibilidades. Além disso, estamos apostando na linha de planejados, que hoje representa 18% do faturamento total. Dos 20% de crescimento projetado para o ano que vem, o de planejados deve crescer 30% e ser responsável por um quarto do faturamento total. Ano que vem a Lider completa 80 anos e já temos o nosso planejamento de marketing, já estamos trabalhando nisso. Uma mudança recente foi com a nossa loja da Catalão (avenida Carlos Luz, em Belo Horizonte) que foi transformada em *outlet*, já tem pouco mais de 60 dias, com muito sucesso e estamos contando com o desempenho dessa unidade para 2025.

A Lider tinha como inspiração o *design* italiano e depois passou a adotar um *design* autoral. Como isso aconteceu?
Ao longo dos anos, quase todos os anos, eram feitas visitas na Itália, em Milão. Só que analisando o mercado eu percebi a necessidade de investirmos no *design* autoral. E a nossa parceria com o “Nada Se Leva” (estúdio responsável pela direção criativa da Lider), que começou em 2014, foi muito importante nisso. Só que não foi uma mudança tão fácil assim. Afinal, a gente era uma empresa de sucesso, de muitos anos, com um volume de venda sempre bom. Meu pai (João da Mata, fundador da empresa, faleceu em 2019) sempre falava isso, que a Lider sempre vendeu bem. Claro que já teve alguns altos e baixos, mas a venda nunca foi um grande problema para nós. E a mudança para o *design* autoral veio com o “Nada Se leva” e a busca desses profissionais também foi orientada por eles. Eles nos ajudaram nisso.

Qual é a estrutura atual da Lider? E em quais Estados há lojas da marca?
A nossa fábrica hoje, em Carmo do Cajuru (região Centro-Oeste de Minas), está entre as maiores do Brasil, porque nós temos dentro de uma planta só uma fábrica de planejados, galpão de logística, uma fábrica de estofados, uma fábrica de sala de jantar, complementos e temos também uma metalúrgica, que produz para as outras fábricas. Hoje temos cerca de 1.400 funcionários (incluindo fábrica, lojas e logística) e o nosso parque industrial tem em torno de 90 mil metros quadrados, sendo uns 70 mil metros quadrados de galpão. E no varejo são 17 lojas próprias, que operamos e duas revendas plenas. De distribuição a nível Brasil hoje também há lojas que tem espaço dedicado a Lider. São uns 110 pontos de venda hoje no País. Em Minas, são sete lojas, sendo quatro lojas em Belo Horizonte, além de Divinópolis (Centro-Oeste), Sete Lagoas (Central), Mateus Leme (Região Metropolitana de Belo Horizonte), quatro em São Paulo, duas em Brasília, e unidades em Vitória, Salvador e Rio de Janeiro.

Você falou de crescimento nas vendas para 2025 de 20%. Estamos caminhando para o final de 2024. Como você avalia este ano para a empresa?
O resultado de 2023 foi 7% menor que em 2022. E agora, em 2024 está melhor. Até o momento, estamos com um faturamento maior que em 2023, em torno de 11%. Já concluímos 97% da meta que traçamos para 2024. E estamos esperando bater a meta traçada para este ano.

Alguns representantes de diversos setores reclamam da dificuldade de conseguir mão de obra, com destaque para a qualificada. A Lider passa por esse problema?
Esse é um problema generalizado no País, porém, na nossa fábrica, não é um problema que eu considero grave. Afinal, oferecemos vários benefícios, como escolinha para filho de funcionários, refeitório, dentista, entre outras vantagens. No geral, a Lider é até bem procurada.

O foco da Lider continua sendo a classe A e, em termos de região, a Sudeste do País é a mais relevante em vendas para a empresa?
Nosso foco eram as classes A e B. De uns anos para cá, passamos a focar na A. Em termos de região, o nosso diferencial no Sudeste do Brasil são as lojas próprias em todos os estados. Agora, em várias partes do Brasil, como Belém do Pará, regiões Centro-Oeste e Sul do País, com destaque para Curitiba, temos bons clientes. Neste ano, tivemos um bom crescimento no interior de São Paulo. Para 2025, estamos apostando muito em São Paulo, já que ampliamos uma loja no meio deste ano. Assim, devemos ter um bom resultado na cidade de São Paulo e também no interior de São Paulo. E, no próximo ano, quando completamos 80 anos, vamos inaugurar uma loja em março, em Campinas (SP) e, em Franca (SP), vamos abrir uma loja de planejados juntamente com um revendedor nosso de Ribeirão Preto (SP). Dessa forma, devemos ter um crescimento forte em São Paulo.

Como você analisa o mercado de móveis no País e qual a tendência para os próximos anos?
A expectativa é boa, mas acredito que não teremos um grande *boom* como aconteceu no período da pandemia. Só que dentro das nossas estratégias para 2025, acreditamos num crescimento de 20%, que é robusto e que eu acredito que possa alcançado. A perspectiva é boa para os próximos anos, já que estamos investindo num trabalho consistente há alguns anos.

Atualmente, qual é o carro-chefe da Lider?
Estofados e sala de jantar são os dois carros-chefes da empresa. Agora, o segmento de planejado que hoje tem faturamento expressivo deve ganhar espaço. Acredito que os próximos anos ele pode ultrapassar esses dois carros-chefes.

As vendas *on-line* vêm crescendo ano a ano. Qual é a sua análise deste mercado?
Só se fala no crescimento do mercado *on-line* nos últimos anos. Hoje, a Lider tem uma loja virtual que funciona muito bem, que é o *outlet* virtual, que só funciona na região Sudeste. E temos também um planejamento de venda *on-line* em parceria com os nossos revendedores, que são parceiros de longa data, mas estamos estudando a melhor maneira de fazer isso, para não haver conflito de interesses. Nós estamos cuidando da retaguarda para depois avançar. No segmento de móveis, há aspectos diferentes. Afinal, muitas pessoas gostam de ter contato com o produto, de experimentar um sofá, por exemplo. Nas classes média e baixa, as vendas *on-line* já são uma realidade, algumas empresas estão conseguindo sucesso. Já na linha alta, não há grandes novidades no mercado, mas nós vamos buscar o nosso espaço. O projeto ainda não está totalmente estruturado, só que eu acredito que teremos novidades ainda em 2025.

Quais os desafios de uma gestão familiar?
Com o meu retorno, eu coloquei como prioridade a questão da governança. A nossa família é muito unida, temos harmonia, convivemos bem. O fundador da empresa foi o meu pai (João da Mata) e hoje trabalham na empresa cinco irmãos e sete sobrinhos, cada um na sua função. Já estamos na terceira geração. A Lider conta com o apoio de um programa da Fundação Dom Cabral direcionado para as médias empresas, que contempla a visita de um consultor mensal. E temos também o suporte da Juliana Costa, que tem uma consultoria e faz um trabalho de governança familiar. Eu acredito que podemos ter uma empresa familiar com governança profissional, sem deixar a união familiar, com bons resultados. Nós cuidamos da profissionalização, temos regras muito claras, somos uma S/A de capital fechado. Tudo é muito bem definido na empresa. %

São Lourenço vai reunir donos de *petshops* e veterinários

OPORTUNIDADE Primeira edição da Minas Expo Pet Vet acontece entre os dias 22 e 24 de novembro, no Sul de Minas; visitantes terão acesso a diversas palestras

DANIELA MACIEL

A primeira edição da Minas Expo Pet Vet vai reunir médicos veterinários, acadêmicos, empresários e outros profissionais do mundo pet, entre os dias 22 a 24 de novembro, em São Lourenço, no Sul de Minas.

Os visitantes terão acesso a diversas palestras ministradas por profissionais qualificados, incluindo professores de universidades como Universidade Professor Edson Antônio Velano (Unifenas), Centro Universitário Vale do Rio Verde (Unincor) e Universidade Federal de Lavras (Ufla), além de representantes da Associação Nacional dos Médicos Veterinários.

De acordo com o diretor de Eventos da Realiza Minas - promotora da feira -, Luiz Cláudio Siqueira, o evento, com entrada franca, é dedicado ao público profissional. A participação nas capacitações e *workshops* está condicionada à inscrição no *site*.

"O evento é uma feira de negócios e produtos, com indústrias e distribuidoras do mercado *pet* e vet expondo produtos e serviços para atender aos profissionais dos *petshops* e aos veterinários. Teremos também uma parte de capacitação com mais de 30 palestras e *workshops*", explica Siqueira.

Entre os destaques da programação estão Alexandre Rossi, o famoso Dr. Pet, que fará uma palestra sobre comportamento animal, e o *groomer* Samuel Castro, que conduzirá uma série de palestras direcionadas a empreendedores de banho e tosa, falando sobre técnicas de vendas, estratégias de precificação e demonstrações de tosa em diferentes tipos de pelagem.

Um dos diferenciais do evento são as palestras dedicadas aos animais de grande porte, "Doenças podais de difícil resolução" e "Osteoartrite em equinos", são alguns dos temas.

Entre os destaques da programação está o famoso Dr. Pet, que fará palestra sobre comportamento animal FOTO: DIVULGAÇÃO / ALEXANDRE ROSSI

"O objetivo é ser um evento completo, capaz de atender às necessidades dos profissionais do setor *pet* e veterinário. A adesão das universidades foi imediata e teremos uma programação com um conteúdo técnico e científico muito forte", destaca.

A feira reflete o bom momento do setor. Dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG) revelam que o Estado conta com, aproximadamente, 24,5 mil lojas físicas, entre spas, salões, estúdios, *pet shops*, hotéis, restaurantes, cafeterias e clínicas veterinárias. Representando o terceiro maior mercado *pet* no País, os estabelecimentos mineiros foram responsáveis por movimentar um pouco mais de R$ 1 trilhão em 2023.

"Escolhemos fazer o Minas Expo Pet Vet em um fim de semana para que as pessoas possam aproveitar também os outros atrativos de São Lourenço. A cidade tem mais de 60 hotéis e é famosa pelas águas termais e pelo turismo de natureza. Durante o evento teremos uma palestra para mostrar ao setor de turismo e para administração pública a importância de criarem espaços *pet friendly* na cidade para atrair mais visitantes para a cidade", afirma o organizador do evento.

> **"Escolhemos fazer o Minas Expo Pet Vet em um fim de semana para que as pessoas possam aproveitar também os outros atrativos de São Lourenço"**
> Luiz Cláudio Siqueira

EMPREENDEDORISMO

"Moda Brechó" terá mais uma edição em Belo Horizonte

Pequenos negócios do mercado de usados podem participar do Moda Brechó Show 2024. O evento será realizado na próxima terça-feira (17), das 9h às 12h, na sede do Sebrae Minas, em Belo Horizonte, e vai reunir empreendedores da moda circular da região metropolitana. A ação contará com a participação da fundadora e CEO da TROC, Luanna Toniolo, referência no mercado. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas na plataforma da Sympla.

Durante o evento também vai ocorrer o lançamento da nova edição do Moda Brechó, com a apresentação das capacitações e a divulgação de pesquisa inédita sobre o mercado de brechós em Minas Gerais. A ação contará, ainda, com a presença de empreendedores que estão revolucionando a forma de consumo da moda e que participaram de ações do programa nos dois últimos anos.

A analista do Sebrae Minas Michelle Chalub explica o importante papel da moda circular para a sociedade. "Durante a pandemia, a instituição criou o Moda Brechó, anteriormente, chamado de 'Viver de Brechó'. Desde 2022 são oferecidas capacitações para pequenos negócios do segmento. Estamos criando um ambiente para que eles sejam reconhecidos e divulguem suas marcas, impulsionando a economia circular e o consumo de produtos usados de forma consciente", reforça.

O Moda Brechó faz parte das ações do programa Integra Moda, desenvolvido pelo Sebrae Minas para consolidar Minas Gerais como "Estado da Moda" e como uma das principais rotas de comércio desse mercado no País. A iniciativa também inclui promoção de eventos, ações e programas direcionados a diversos segmentos do setor, respeitando e ativando as vocações locais por meio da inteligência de dados.

Lançamento de pesquisa - No dia 17 de setembro, também será divulgada a pesquisa inédita com donos de brechós do Estado, realizada pela Unidade de Inteligência Estratégica do Sebrae Minas. Os dados foram coletados entre os dias 30 de outubro de 2023 e 12 de março de 2024, com cerca de 100 brechós de Minas Gerais. Com foco na gestão do segmento, o estudo buscou conhecer estratégias de vendas, aquisição de estoque, precificação e *marketing*, além de entender o perfil dos consumidores e dos gestores desses empreendimentos.

Será divulgada pesquisa inédita com donos de brechós do Estado FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J. SILVA

Programação

- 9h - Credenciamento e café de boas-vindas
- 9h30 - Apresentação da Pesquisa para Brechós e das oportunidades de capacitação e conexão
- 10h15 - Palestra Luanna Toniolo - TROC e *talk* mediado por Sam Merrighi
- 11h20 - Case Batalha de Upcycling no Expofavela Minas 2024, com Alessandra Alkimin
- 11h40 - Perguntas e *cases* de empreendedoras
- 12h - Comentários finais e encerramento

VEÍCULOS

Peugeot 208 chega à linha 2025 com visual renovado

NOVIDADE Hatch, fabricado na Argentina, volta a contar com a versão GT no seu catálogo

JOSÉ OSWALDO COSTA, Editor

A Peugeot apresentou a renovação do seu *hatch* 208. O modelo, agora, conta com quatro versões: Active, Style, Allure e o retorno da "esportiva" GT.

A antiga versão de entrada, Like, deixa de ser ofertada, bem como a versão 100% elétrica (e-208). A GT entra no lugar da Griffe.

Desde que o primeiro Peugeot 205 conquistou o mundo com seu *design* global até os dias de hoje, com o novo 208 fabricado na Argentina, a marca passou as últimas quatro décadas apostando na inovação com a série 200.

Lançado em 1983, o compacto Peugeot 205 redefiniu sua categoria e deu origem a uma família de modelos que já ultrapassou 20 milhões de unidades vendidas nos cinco continentes, segundo a fabricante francesa.

Em 2020, o Peugeot 208 foi o primeiro a adotar a plataforma CMP (*Common Modular Platform*) na unidade de produção de El Palomar (Argentina) da Stellantis.

Destacando-se por sua modularidade, essa plataforma permite o desenvolvimento de veículos com diferentes silhuetas para diversos segmentos, além de oferecer maior liberdade estilística às equipes de design na criação de novos modelos.

FOTOS: DIVULGAÇÃO / STELLANTIS / PEUGEOT

Design - A dianteira apresenta a nova identidade da marca, introduzida no utilitário esportivo 2008.

Além da evolução no *design* do logotipo, a nova assinatura luminosa se destaca nos faróis e nas lanternas traseiras.

A nova assinatura luminosa se destaca nos faróis e nas lanternas traseiras de LED, acompanhada pela grade na cor da carroceria, rodas diamantadas de 17 polegadas e arcos das rodas em preto brilhante.

Versão GT - O lançamento marca o retorno da designação GT da marca, oferecendo a experiência dos modelos *Gran Turismo*.

A versão é equipada com faróis Full LED, 6 *airbags*, acionamento automático das luzes, farol alto automático, reconhecimento e exibição de limites de velocidade, alerta de colisão frontal, frenagem automática de emergência, assistência de manutenção de faixa, sensor de chuva, rodas de liga leve de 17 polegadas com acabamento diamantado, câmera de visão traseira *VisioPark 180°*, spoiler na porta traseira e um exclusivo volante revestido em couro com o emblema GT.

Motores e câmbios - O novo 208 conta com duas opções de motores. Para as versões de entrada, o 1.0 aspirado combinado com uma

> **"Para as versões de entrada, o motor 1.0 aspirado combinado com uma transmissão manual. Para a Allure e a GT, a Peugeot oferece o motor 1.0 turboalimentado com 130 cv e 200 Nm de torque e câmbio CVT"**

transmissão manual de cinco (5) velocidades que entrega 75 cv de potência e 10,7 kgfm de torque, quando abastecido com etanol.

Para a Allure e a GT, a Peugeot oferece o motor 1.0 turboalimentado (Turbo 200), de três cilindros, com 130 cv e 200 Nm (20,4 kgfm) de torque.

Ou seja, o *hatch* deixa de contar com a opção do motor 1.6 16V, que entregava 115/118 cv (gasolina/etanol) e 16,1 kgfm de torque para ambos os combustíveis.

Os dois motores a gasolina combinam baixos custos de manutenção, robustez e suavidade de operação, de acordo com a Peugeot.

Esses resultados são alcançados graças a componentes como o turbocompressor com *wastegate* eletrônico, a injeção direta de combustível e o exclusivo sistema *MultiAir III*, que proporciona um controle mais flexível e eficiente das válvulas de admissão.

Outro destaque do trem de força é a aceleração. A potência e o torque aumentados, combinados com uma estrutura robusta e leve, levam o *hatch* de 0 a 100 km/h em 9,4 segundos, obviamente, nas versões com motor turbo.

Combinado com a transmissão automática CVT que simula sete (7) velocidades, o motor Turbo 200 também proporciona economia de combustível, tanto na estrada quanto na cidade.

Modos de operação - A transmissão automática CVT oferece três modos de operação. No modo *Automático*, a configuração se ajusta ao estilo de condução do motorista, equilibrando desempenho, eficiência e conforto.

O modo *Manual* é destinado àqueles que gostam de estar sempre no controle e permite trocas sequenciais por meio da alavanca de câmbio ou dos *paddles* atrás do volante.

Por fim, o modo *Sport* intensifica a esportividade ao dirigir, ajustando a direção, o controle de estabilidade e o mapeamento do acelerador.

Além disso, otimiza a resposta e o tempo de troca de marchas, aproveitando ao máximo a potência do motor Turbo 200.

Esse tipo de transmissão automática foi projetado com um óleo lubrificante vitalício, ou seja, não precisa ser trocado durante toda a vida útil do veículo. Isso aumenta a durabilidade e reduz os custos de manutenção.

Com mais de 10 anos do seu lançamento, i-Cockpit ainda se destaca

Em 2012, a primeira geração do Peugeot 208 tornou-se o primeiro veículo de produção da marca a ser equipado com o *i-Cockpit*.

Essa inovação não surgiu por acaso: os carros-conceito da marca desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento dessa nova posição de condução.

Inovador para a época, com sua estrutura em três níveis e volante compacto, o *i-Cockpit* rapidamente se tornou uma marca registrada dos modelos da Marca do Leão lançados nos últimos anos.

Nos veículos mais recentes, o conceito evoluiu, ampliando a conectividade e proporcionando uma experiência imersiva com tecnologia 3D.

Com conforto e ergonomia em sua essência, ele tem quatro componentes principais: volante compacto, para otimizar a capacidade de manobra; quadro de instrumentos elevado projetado para aumentar o conforto e a segurança do motorista, minimizando distrações e mantendo o foco na estrada; tela sensível ao toque posicionada ao alcance dos dedos e na linha de visão do motorista e conjunto de teclas de atalho que oferece acesso direto às principais funções do veículo.

O quadro de instrumentos digital oferece uma interface moderna e intuitiva, permitindo rápida visualização das informações essenciais.

Com opções de telas configuráveis, o motorista pode escolher entre o modo de mostrador tradicional, o modo minimalista que exibe apenas informações relevantes para evitar distrações, o modo de condução com dados sobre assistências ao motorista (exclusivo da versão GT) ou, ainda, dois modos totalmente personalizáveis para selecionar quais informações exibir.

Na versão Allure, a tela é em 2D, enquanto a versão GT conta com uma exclusiva tela 3D, que adiciona um toque de modernidade e sofisticação com seu efeito tridimensional.

Tecnologias - O interior do novo 208 oferece uma ampla gama de conveniências. O volante é ajustável em altura e profundidade.

O *hatch* conta com uma tela sensível ao toque de 10 polegadas com integração CarPlay, Android Auto e *bluetooth* sem fio.

Há, também, um novo carregador indutivo de 15 W para *smartphones* e espelhos de cortesia para o motorista e o passageiro.

As versões Allure e GT são equipadas com controle automático de climatização digital, enquanto a Active oferece ar-condicionado manual, além de um sistema *keyless*.

A versão Allure pode ser equipada com teto panorâmico, revestimento com material sintético que imita o couro para bancos e volante, chave presencial e carregador por indução. Para isso, é preciso adquirir o pacote, opcional, *Pack Advance*.

O novo 208 oferece a opção das seguintes cores para a carroceria: branco Banquise, branco Nacré, preto Pérola Nera e cinza Artense, com o cinza Selenium sendo a nova adição à paleta do modelo.

Até o fechamento desta edição, a Peugeot ainda não havia informado os preços para a linha 2025 do *hatch* 208. **(JOC)**

CONJUNTURA

Economia mineira cresce 2%

PIB As riquezas produzidas no Estado somaram R$ 538 bilhões a preços correntes no primeiro semestre

JULIANA SODRÉ

O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais apresentou alta de 2% no primeiro semestre deste ano se comparado com o mesmo período de 2023. O resultado foi influenciado, principalmente, pelos setores de serviços e indústrias. Ao somar R$ 248 bilhões no segundo trimestre deste ano, o PIB nominal do Estado, a preços correntes, acumulou R$ 538 bilhões na primeira metade de 2024.

Os dados foram divulgados ontem pela Fundação João Pinheiro (FJP) e mostram que no primeiro semestre o setor de serviços cresceu 3,1%. Responsável por mais da metade da economia mineira, o segmento do comércio, que cresceu 4,5% no período, puxou o resultado.

A economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG), Gabriela Martins, afirma que não há surpresa nos números. "Todas as pesquisas mensais de serviços mostravam uma expansão no volume de produção, o que interfere diretamente no crescimento do setor", afirma.

Na visão dela, serviços é setor-chave para a economia estadual e tradicionalmente apresenta variações. Porém, as expectativas são boas e há espaço para mais crescimento. "Estamos em um cenário de baixo desemprego e o maior nível de renda disponível. No segundo semestre, comumente, há maior movimentação no volume de vendas, nos segmentos de comércio e outros serviços, o que gera grande expectativa de crescimento para os próximos meses", diz.

Porém, a economista alerta que fatores como os juros altos e as condições extremas do clima poderão afetar o crescimento da economia.

Indústria extrativa teve alta de 5% no semestre e influenciou desempenho FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / THYAGO HENRIQUE

Indústria extrativa - O conjunto das indústrias também contribuiu para o bom resultado do PIB mineiro, com crescimento de 2,8% até junho deste ano na comparação anual. O analista de estudos econômicos da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Walter Horta, também entende que a elevação está relacionada ao bom momento da economia. Mas ele acredita que, especificamente, em Minas Gerais, o PIB é muito influenciado pelos resultados da indústria extrativa, que cresceu 5% no primeiro semestre.

"Os principais *players* desse segmento aumentaram o volume de produção, resultado das manutenções realizadas nas plantas no ano passado, que permitiram o aumento de produtividade", destaca.

Ele também cita a indústria da construção, que teve acréscimo de 4,5% no período. "Tivemos as quedas de taxas de juros, a retomada do Minha Casa, Minha vida e a retomada de obras públicas contribuindo com o setor da construção e com o resultado do PIB mineiro de um modo geral", resume.

> **"O setor de serviços cresceu 3,1%. Responsável por mais da metade da economia mineira, o segmento do comércio, que cresceu 4,5% no período, puxou o resultado"**

Estiagem faz o resultado do agronegócio despencar

Já a agropecuária foi o único setor que teve retração nos primeiros seis meses deste ano, ao registrar queda de 10%. Na análise da assessora técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Aline Veloso, a escassez hídrica tem sido responsável por uma retração na produtividade.

Entretanto, ela lembra que, no ano passado, Minas Gerais teve safra recorde, elevando a base de comparação. "Em 2023 as condições climáticas eram mais favoráveis e o produtor veio com um pacote tecnológico melhor", diz. Neste ano, o clima tem frustrado o desempenho. "As adversidades climáticas começaram no final de 2023 e estão influenciando nossas atividades produtivas. É no último trimestre que a gente planta o que vamos colher entre janeiro e março. E o clima acabou frustrando o desempenho", completa.

A assessora também cita a pressão dos preços agropecuários. "A gente consegue identificar uma influência do mercado internacional, do dólar nos preços das principais *commodities*, impactando o resultado econômico", afirma.

Já o crescimento de 1,7% registrado pela agropecuária no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre deste ano, Aline Veloso atribui à colheita do café. "É uma atividade bastante importante na dinâmica da nossa agropecuária e tem um peso importante na nossa economia", afirma.

Porém, ela não considera uma recuperação, mas uma sazonalidade da produção. Da mesma forma, como se dá, nesta época, a entrada da cana, do citros, entre outras culturas que são permanentes e contribuem para o desempenho econômico no segundo trimestre da agropecuária.

"Vamos continuar acompanhando nossa agropecuária com bastante atenção, justamente, por causa desta disponibilidade hídrica, já comprometida em determinadas regiões e pode afetar a produção no próximo semestre", finaliza. **(JS)**

FECOMÉRCIO-MG

Mais de 90% das famílias da Capital estão endividadas

LEONARDO LEÃO

O nível de endividamento dos consumidores de Belo Horizonte apresentou estabilidade em agosto, repetindo a mesma taxa do mês anterior, com 90,3% das famílias nessa situação. Já o percentual de pessoas com contas em atraso recuou 1,9 ponto percentual (p.p.) na comparação mensal, encerrando o período com 52,1% das famílias inadimplentes.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência (Peic) do Núcleo de Pesquisa e Inteligência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG).

Ainda conforme o estudo, 22,5% dos belo-horizontinos não terão condições de quitar suas dívidas, o que representa um crescimento de 1,5 p.p. frente a julho deste ano. Isso porque 18,7% se consideram como muito endividados; 39,7% disseram estar pouco endividados; e outros 31,8% relataram estar mais ou menos nessa situação. Apenas 9,7% dos consumidores afirmam não ter dívidas.

O cartão de crédito segue na liderança das dívidas entre os consumidores de Belo Horizonte, segundo o levantamento FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

A economista da Fecomércio-MG, Gabriela Martins, avalia que o cenário de estabilidade não deve perdurar por muito tempo, uma vez que o nível de consumo das famílias tende a aumentar no último trimestre do ano, influenciado pelas festas e datas comemorativas.

"Dessa forma, muitos consumidores buscam o crédito para suprir suas demandas, o que leva o endividamento a aumentar. A preocupação está nas compras descontroladas sem um planejamento financeiro, o que pode levar ao aumento da inadimplência e da incapacidade de pagamento das famílias", explica.

Cartão de crédito - O levantamento também mostrou que o tipo de dívida mais comum entre os consumidores da capital mineira permanecem aquelas envolvendo cartão de crédito, com 89,1% das famílias. O resultado é ainda maior entre as famílias com renda superior a dez salários mínimos (92,9%). Já entre aquelas com renda abaixo de dez salários mínimos, o percentual é de 89,1%.

Dentre as famílias da Capital, as com renda abaixo de dez salários mínimos apresentaram maior taxa de inadimplência, com 54,9% das contas atrasadas contra 35,5% entre aquelas com renda superior a dez salários mínimos. No total, 57,7% dos consumidores da cidade possuíam contas em atraso em agosto.

A maioria (43,3%) dos consumidores belo-horizontinos não conseguirá pagar os débitos em setembro. Outros 36,7% esperam quitar parte do compromisso financeiro assumido e apenas 19,9% acreditam que poderão pagar todas as contas neste mês.

Para 48,6% dos consumidores, o tempo de atraso no pagamento das contas está acima de 90 dias. Outros 30% possuem contas de 30 a 90 dias de atraso e 21,4% com até 30 dias. Dessa forma, as dívidas em Belo Horizonte estão atrasadas, em média, há 64,9 dias.

Já o período de envolvimento com as dívidas é calculado, por 79,1% das famílias, como sendo igual ou maior que três meses. A maioria (42,9%) está comprometida com as dívidas por mais de um ano.

De acordo a Fecomércio-MG, o comprometimento da renda das famílias para pagar as dívidas é em média de 30,4%, sendo que 74,6% disseram que as dívidas comprometem de 11% a 50% de suas rendas.

LEGISLAÇÃO

Revisão da vida toda do INSS volta à pauta do STF

PREVIDÊNCIA SOCIAL Julgamento será retomado pelo plenário virtual no próximo dia 20, com previsão de resultado final até o dia 27

São Paulo - O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o próximo dia 20 a retomada do julgamento da revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no plenário virtual da corte. O resultado final deve sair até o dia 27.

Os ministros vão dar andamento à análise de dois embargos de declaração (pedidos de esclarecimento) nas ações diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 2.110 e 2.111, que derrubaram a correção em março deste ano. O debate no plenário virtual havia começado em 23 de agosto e foi interrompido no dia 26.

A interrupção do julgamento ocorreu após pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes, o que faria o caso ir ao plenário físico, em debate que começaria do zero, mas Moraes voltou atrás e cancelou o destaque.

No plenário virtual, o recurso nas duas ações já tinham cinco votos contrários. O relator Kassio Nunes Marques e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia se manifestaram contra os embargos de declaração e em favor de manter o entendimento do STF, de que a correção das aposentadorias não é possível.

Gilmar Mendes antecipou seu voto na ação, mesmo depois da interrupção feita com o pedido de Moraes, e também foi contrário aos recursos. Os ministros negaram os pedidos feitos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), que é parte no processo, e Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), que é *amicus curiae* (amigo da corte).

A revisão da vida toda é um processo judicial no qual o aposentado pede o recálculo do benefício para incluir na conta salários antigos, de antes de julho de 1994, pagos em outras moedas.

Em março, ao julgar duas ADIs de mais de 20 anos, protocoladas em 1999 contra a Lei 8.213, que criou o fator previdenciário, os ministros entenderam, por 7 votos a 4, que a correção não é possível, contrariando decisão de 2022, quando aprovaram a revisão ao julgar o Tema 1.102, que trata diretamente o caso.

Os pedidos apresentados nos recursos das duas ações são para que o STF reconsidere sua decisão e mantenha entendimento anterior, liberando a revisão, ou ao menos garantam o pagamento da correção a quem tem ação na Justiça.

Os dois pedidos foram negados por Nunes Marques em seu relatório, que entendeu não ser possível receber o recurso do Ieprev, e disse à CNTM que não houve falhas no julgamento da revisão da vida toda em março. O ministro justifica que, em 2022, ao aprovar o tema, a corte desconsiderou que as ações de 1999 já tinham tido posicionamento favorável, o que derrubaria a correção.

Cálculos - O recurso do Ieprev contesta os cálculos apresentados pelo governo de gastos com a revisão, na casa de R$ 480 bilhões até que todos os benefícios com direito tenham sido extintos. As contas encomendadas pelo instituto apontam que as despesas seriam de R$ 3,1 bilhões.

Já a CNTM solicita que os ministros reconsiderem a decisão de março, também com base nos números apresentados pelo Ieprev, e pede que, se não for possível aprovar a revisão, que quem já tem ação na Justiça possa ter o benefício reajustado e receber os valores atrasados a que tem direito.

Ao julgar as duas ações de 1999 contra o fator previdenciário instituído pela reforma da Previdência do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), os ministros do STF entenderam que o artigo 3º da Lei 8.213 é constitucional e cogente. Com isso, a norma não pode ser derrubada para calcular o melhor benefício, aplicando a regra fixa, quando a regra de transição for menos benéfica ao segurado.

O argumento é que, em alguns casos, a regra de transição da reforma de 1999 era prejudicial para os segurados que já estavam na ativa, contribuindo com o INSS. Com isso, pedia-se na Justiça a aplicação da regra definitiva, possibilidade utilizar todos os salários na conta da aposentadoria, incluindo os mais antigos.

O acórdão estabelecido foi o seguinte: "A declaração de constitucionalidade do artigo 3º da Lei 9.876/1999 impõe que o dispositivo legal seja observado de forma cogente pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública, em sua interpretação textual, que não permite exceção. O segurado do INSS que se enquadre no dispositivo não pode optar pela regra definitiva prevista no artigo 29, incisos I e II, da Lei nº 8.213/91, independentemente de lhe ser mais favorável". **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

O cancelamento do pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes evitou que o caso fosse remetido para a estaca zero no plenário físico do Supremo FOTO: ANTONIO AUGUSTO / STF

> **"A revisão da vida toda é um processo judicial no qual o aposentado pede o recálculo do benefício para incluir na conta salários anteriores a julho de 1994"**

REFORMA

Votação do trabalho intermitente é adiada

Brasília - O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista (mais tempo para análise) e paralisou, na última quarta-feira, o julgamento sobre a validade do contrato de trabalho intermitente, em ações sobre a reforma trabalhista.

As três ações diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que discutem o tema começaram a ser analisadas no último dia 6, no plenário virtual da corte, e iriam até o dia 13. O tema começou a ser analisado em 2020, mas foi interrompido duas vezes.

Já votaram pela constitucionalidade do novo tipo de contrato trazido pela reforma trabalhista o ministro André Mendonça, Alexandre de Moraes e Nunes Marques. Os ministros Edson Fachin, relator do caso, e Rosa Weber, que votou antes de o julgamento ser interrompido e se aposentou, votaram contra o modelo intermitente. Eles alegaram que a norma não respeita a Constituição.

Último a votar antes de o julgamento ser interrompido, o ministro André Mendonça disse não vislumbrar nesta modalidade "qualquer desconformidade com os parâmetros fixados pela Constituição Federal".

O ministro também declarou que ponderações feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) relativizam a conclusão sobre eventuais efeitos negativos trazidos pela nova legislação para os trabalhadores já formalizados. Segundo Mendonça, a nova modalidade pode equacionar melhor os interesses de empregadores e de funcionários.

O trabalho intermitente foi instituído pela reforma trabalhista de Michel Temer em 2017. Nele, o trabalhador pode ser convocado para trabalhar por período determinado e passar um outro período do ano sem prestar serviço. A convocação deve ser feita até três dias antes da data do início do trabalho e o profissional tem um dia para responder se aceita ou não.

Se enviar resposta negativa, não será considerado ato de insubordinação, e se não responder, considera-se que não irá trabalhar. Neste contrato, o profissional recebe por hora, dia ou mês, sendo que o valor não pode ser inferior à hora referente ao salário mínimo.

Com isso, é possível ganhar menos do que o salário mínimo no mês, dependendo da quantidade de horas contratadas, o que seria inconstitucional, conforme alegam representantes dos trabalhadores.

No contrato intermitente, o profissional deve receber o pagamento do salário mais os valores referentes a férias proporcionais e terço de férias, 13º proporcional, descanso remunerado e outros adicionais, se houver. **(Constança Rezende/Folhapress)**

CURTAS

Trabalho escravo contemporâneo

A Justiça do Trabalho lançou três protocolos de julgamento que orientam a magistratura para casos que exijam um olhar mais atento às especificidades de grupos historicamente vulneráveis ou estigmatizados. Práticas abusivas e degradantes, que negam a dignidade e a liberdade das pessoas, continuam a existir, muitas vezes camufladas sob formas modernas de exploração. Desenvolvido sob a coordenação do ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o documento visa assegurar que os casos de trabalho análogo à escravidão sejam tratados com a gravidade que merecem, levando em conta as condições culturais, sociais e econômicas que influenciam a exploração de pessoas em situação de vulnerabilidade. O documento destaca a importância de reconhecer a dignidade humana como um bem jurídico a ser protegido, indo além da mera liberdade de locomoção.

Crimes cibernéticos

Com o aumento dos ataques cibernéticos em todo o mundo, a cibersegurança tornou-se crucial para os negócios. Profissionais da área identificam riscos em diversas frentes, incluindo infraestrutura, nuvem e dispositivos móveis, desempenhando funções variadas, desde estrategistas até analistas de segurança. Um levantamento da Cybersecurity Ventures aponta que os crimes cibernéticos podem custar cerca de US$ 10,5 trilhões aos cofres mundiais até 2025. Tendo em vista esse cenário, os investimentos em conscientização e engajamento da equipe também são importantes, além de fornecer uma estrutura para proteção de dados, explica o especialista em sistemas de informação, Marcelo Pacheco.

Cobrança de água em condomínios

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) revisou a tese sobre a forma de cálculo da tarifa de água e esgoto em condomínios com hidrômetro único. Com a mudança, passa-se ao entendimento de que cada unidade condominial deve pagar a taxa mínima uniforme, sob a forma de franquia de consumo - ou seja, esse valor pago é revertido ao consumidor cobrindo um consumo de até um determinado volume de água. Caso esse seja ultrapassado, o excedente deve ser pago conforme uma tarifa variável de acordo com o consumo. O vice-presidente da BRCondos, Fernando Willrich, ressalta que cada concessionária tem seu próprio modelo de cobrança. Com a revisão da tese do STJ, o entendimento passa a ser favorável à cobrança de uma taxa mínima uniforme, mesmo que o condômino esteja com o apartamento fechado e sem uso de água.

"Gatos de energia"

O furto de energia elétrica no Brasil cresceu 19,3% em 2023. É o que aponta um estudo realizado pela (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e divulgado pelo Canal Solar. Os chamados "gatos de energia" somaram uma perda de 40,7 terawatt-hora (TWh) no ano passado, ante 34,2 TWh registrados em 2022.Essas perdas não técnicas registradas pelas distribuidoras de energia geraram um impacto financeiro de R$ 10,1 bilhões no ano passado. O cálculo foi feito a partir do custo médio de aquisição de energia pelas companhias em 2023, de R$ 249 bilhões, com a multiplicação do valor pelo montante de energia perdida, de 40,8 TWh. De acordo com Claudio Puga, diretor comercial da Landis+Gyr, companhia de soluções e gerenciamento de energia, o setor já dispõe de tecnologia capaz de combater os furtos de energia.

FINANÇAS

Inflação desacelera para todas as classes de renda em agosto

INDICADORES Grupos de alimentos e bebidas e de habitação puxam a queda no índice calculado pelo Ipea para praticamente todos os segmentos da população

Rio de Janeiro - A inflação desacelerou para todas as classes de renda em agosto na comparação com julho deste ano. Para as famílias de renda muito baixa, ela recuou de 0,09% para -0,19% no mês passado. Para as famílias de renda alta, que registraram aumento de 0,80% em julho, o resultado de agosto ficou em 0,13%. Os dados são do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Todas as classes de renda apresentaram desaceleração da inflação acumulada em 12 meses. As famílias de renda muito baixa tiveram a menor inflação acumulada no período (3,72%), enquanto a faixa de renda alta anotou o percentual mais elevado (4,97%).

Os grupos de alimentos e bebidas e de habitação foram os principais pontos que influenciaram a queda inflacionária para praticamente todos os segmentos de renda. As deflações registradas em setores importantes - cereais (-1,3%), tubérculos (-16,3%), hortaliças (-4,5%), aves e ovos (-0,59%), leites e derivados (-0,05%) e panificados (-0,11%) - provocaram um forte alívio inflacionário, especialmente para as famílias de menor poder aquisitivo, visto que a parcela proporcionalmente maior do seu orçamento é gasta com a compra desses bens.

Em relação à habitação, a queda de 2,8% nos preços de energia elétrica – refletindo o retorno da bandeira tarifária verde e das reduções tarifárias em algumas capitais – contribuiu para diminuir a inflação em agosto.

No caso das famílias de renda alta, mesmo com a deflação dos alimentos, da energia e a queda de 4,9% nos preços de passagens aéreas, o reajuste de 0,76% das mensalidades escolares fez com que o grupo educação exercesse forte contribuição para a inflação dessa classe.

O aumento dos planos de saúde (0,61%), dos serviços médicos e dentários (0,72%) e das despesas pessoais (0,25%) também ajuda a explicar esse quadro de pressão inflacionária nos segmentos de renda mais elevada, em agosto.

A redução nos preços dos alimentos e bebidas no mês passado representou um alívio para as famílias, principalmente as de menor poder aquisitivo FOTO: TÂNIA RÊGO / AGÊNCIA BRASIL

"A desaceleração da inflação corrente em relação ao registrado em agosto do ano passado é explicada, em grande parte, pela melhora no desempenho dos grupos habitação e saúde e cuidados pessoais. No primeiro caso, a alta no preço da energia elétrica em 2023 (4,6%) ficou bem acima da queda apontada em 2024 (2,8%). Já para o grupo saúde e cuidados pessoais, o alívio inflacionário em agosto deste ano veio da deflação de 0,18% dos artigos de higiene, que contrasta com os reajustes de 0,81%, em agosto de 2023", diz o Ipea. **(ABr)**

> **"Para o grupo saúde e cuidados pessoais, o alívio inflacionário em agosto deste ano veio da deflação de 0,18% dos artigos de higiene, que contrasta com os reajustes de 0,81%, em agosto de 2023"**

CRÉDITO

Inadimplência no rotativo de cartão preocupa os bancos

São Paulo - Bancos e empresas do setor de pagamentos estão trabalhando em alternativas ao rotativo do cartão de crédito, modalidade acionada automaticamente quando o cliente não paga o valor integral da fatura na data de vencimento.

O setor financeiro visa reduzir a inadimplência ao oferecer uma modalidade mais barata de crédito. Hoje, o rotativo é a linha mais cara do mercado. Segundo o setor, 20% dos brasileiros não pagam a fatura dentro do prazo estipulado e ficam, em média, 18 dias no rotativo.

De acordo com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, uma das alternativas estudadas é o financiamento do saldo total da fatura do mês e de parcelas que o consumidor já tiver assumido em compras parceladas para os próximos meses, não só o valor em atraso.

Desde 2017, segundo determinação do Banco Central (BC), o consumidor não pode ficar além de 30 dias no rotativo do cartão, devendo haver a troca da dívida por uma linha de crédito mais barata. Nesta linha alternativa, o cliente não entraria no rotativo e iria diretamente ao crédito mais barato, que também deve respeitar o teto de juros do rotativo.

As novas linhas estão sendo discutidas em um fórum criado a partir de discussões entre entidades do setor sobre alternativas para reduzir os altos juros da modalidade, que acabou sendo limitada a 100% da dívida original pelo governo Lula em janeiro deste ano.

Fazem parte das discussões a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs); a Associação Brasileira de Internet (Abranet), que representa empresas como PagBank e Mercado Pago; a Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), que reúne PayPal e Stone); a Febraban e a Zetta (associação que representa *fintechs*).

Seis meses depois do início do teto de juros do rotativo, as principais instituições financeiras brasileiras estão cobrando, no máximo, entre 31,73% e 73,91% do valor original da dívida para a maioria (99%) das operações, segundo dados divulgados pelo Banco Central. Ainda não há uma definição sobre a linha alternativa, que precisa ser submetida ao BC. As discussões estão "bem avançadas", diz Sidney.

Apostas - A Febraban defende que a proibição do pagamento com cartões de crédito em *bets*, prevista para janeiro de 2025, seja prorrogada. A modalidade é a mais utilizada ao se fazer apostas *on-line* no Brasil. "Estamos bastante preocupados com o quanto isso pode comprometer a renda das famílias e ampliar a inadimplência, aumentando, inclusive, o custo do crédito", afirmou Isaac Sidney.

Recentemente, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) proibiu o uso de cartão de crédito em apostas de alíquota fixa, que englobam apostas esportivas (as chamadas *bets*) e jogos *on-line*, a partir do próximo ano.

A norma, publicada pelo Ministério da Fazenda em abril, também definiu que não serão aceitos pagamentos em dinheiro (em espécie), boletos, cheques, criptoativos ou outras formas alternativas de depósito que possam dificultar a identificação da origem dos recursos.

Foram autorizados os pagamentos via Pix ou cartões de débito. Transferências via TED e cartões pré-pagos também serão aceitos.

Em julho, o índice de inadimplência de pessoas físicas com o cartão de crédito ficou em 7,39%, abaixo da média de 7,71% dos últimos 12 meses, segundo dados do Banco Central.

Em janeiro, pesquisa Datafolha revelou que 15% dos brasileiros dizem fazer ou já ter feito apostas esportivas *on-line*. O gasto médio mensal entre o total de pessoas que apostam é de R$ 263 - equivalente a 20% do salário mínimo de 2023. Três em cada dez apostadores afirmam gastar mais de R$ 100 por mês, mostra o levantamento. De acordo com o Instituto Locomotiva, um terço desses apostadores está endividado e possui dois ou mais cartões de crédito. **(Júlia Moura/ Folhapress)**

Bandeiras do Carrefour têm benefícios

São Paulo - O Carrefour Brasil está ampliando a partir deste mês para suas unidades em todo o País a possibilidade de clientes de cartões de crédito com as bandeiras Carrefour, Atacadão e Sam's usufruírem dos benefícios oferecidos em toda a rede varejista.

Um cliente com cartão Carrefour, por exemplo, passa a ter acesso também a vantagens proporcionadas a proprietários de cartões Atacadão e Sam's Club nas respectivas unidades, dentro de uma proposta de "transversalidade" do grupo.

"É um ganha-ganha", afirmou o presidente-executivo do Banco Carrefour, Felipe Gomes, à Reuters. Ele explicou que a estratégia tende a provocar maior engajamento dos clientes com a rede - uma vez que eles têm mais descontos e mais *cashback* - e favorece uma menor inadimplência, pois ajuda na "principalidade" desse cartão.

O "*roll-out*" nacional ocorre após piloto em Pernambuco entre meados de junho e a virada de agosto para setembro, que, segundo o executivo, mostrou aumento de 79% no número de clientes que usavam todas as lojas e expansão de dois dígitos no gasto médio.

Gomes não detalhou o potencial efeito da mudança nos resultados do grupo, mas afirmou que "nenhum movimento acontece se não está atrelado a situações melhores para esse ecossistema, para o banco".

Ele disse que a expectativa é de que o projeto esteja implementado em todo o País até o final ano, talvez antes, com os primeiros resultados começando a aparecer no primeiro semestre de 2025.

No primeiro semestre de 2024, as vendas brutas consolidadas do grupo, incluindo gasolina, somaram R$ 58,25 bilhões, acréscimo de 3,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

O faturamento do Banco Carrefour, que é controlado pelo Grupo Carrefour (51%) e tem o Itaú Unibanco como sócio minoritário relevante, cresceu 14,3%, impulsionado pelos cartões Carrefour (+7,6%) e Atacadão (+19,1%).

O executivo não descartou que no futuro o grupo tenha um cartão único, com segmentações. "É uma possibilidade", afirmou, destacando, contudo, que a companhia ainda precisa avaliar os resultados da estratégia atual. **(Reuters)**

BNDES cria linha focada no reflorestamento de mata nativa

CRÉDITO Instituição de fomento disponibiliza financiamentos no valor de R$ 1 bilhão em recursos próprios e do Fundo Clima para essa modalidade neste ano

São Paulo - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou uma linha de crédito focada no reflorestamento de matas nativas e agroflorestais. Ao todo, neste ano, oferece R$ 1 bilhão em recursos próprios e do Fundo Clima para essa modalidade. Não há restrição de bioma. O dinheiro pode ser aplicado na recomposição de áreas na Amazônia Legal ou na chamada mata branca, que compõe a caatinga.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a instituição identificou forte demanda no segmento. "Recebemos consultas e pedidos, que vamos atender com o rigor de sempre, mas em condições mais favoráveis, para apoiar essa área tão estratégica para a descarbonização e o enfrentamento da crise climática. Plantar árvores em larga escala é fundamental para sequestrar carbono", argumenta Mercadante.

O Florestas Crédito, como foi batizado o novo produto, faz parte de um combo. Também integram o pacote de projetos para reconstituir matas e fomentar captura de carbono os já lançados Arco da Restauração na Amazônia (que busca reconstituir áreas desmatadas); Floresta Viva (feito em parceria com empresas) e Concessão Florestal (que trabalha com a licitação de parques para a exploração sustentável de florestas do poder público).

"Hoje, a grande discussão climática no mundo é como reduzir emissões. Nós estamos trabalhando também a agenda de captura carbono, que é isso que florestas fazem em alta escala", explica a diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello.

"Dentro disso, essa agenda de florestas se tornou estratégica para o BNDES. Faz parte de uma visão de futuro, como foi a agenda de fabricar aeronaves, nos anos de 1970, e a agenda de fomento de energias eólica e solar, nos anos 2000, novidades que precisavam de um indutor para a criação de um ambiente de negócios", ressalta.

Segundo Tereza Campello, boa parte dos setores de negócio sofre dicotomias. Uns podem gerar empregos, mas são ruins para o clima. Outros são bons para o clima, mas não têm grande efeito econômico. O setor de floresta, ao contrário, é múltiplo e tem potencial econômico e climático, com efeitos sobre a biodiversidade e o emprego. Por isso, o BNDES está se posicionando para atuar em toda a cadeia, do restauro, incluindo sementes e viveiros, ao resíduo, passando por serviços e produtos florestais, como móveis.

"Estudamos todos os elos e queremos apresentar soluções a cada segmento, para por de pé a ambição de ver o Brasil entre os principais atores mundiais na área de restauro florestal", afirma.

Conseguir dinheiro para plantar florestas, especialmente voltadas aos negócios com captura de carbono, não é uma empreitada fácil. Afora que o segmento ainda está se estruturando, a maioria das empresas é jovem e pequena, sem histórico.

Tereza Campello afirma que a agenda de florestas é estratégica para o BNDES FOTO: TOMAZ SILVA / AGÊNCIA BRASIL

> **"Hoje, a grande discussão climática no mundo é como reduzir emissões. Nós estamos trabalhando também a agenda de captura carbono, que é isso que florestas fazem em alta escala"**
>
> Tereza Campello

Seletividade - Mesmo fundos acostumados ao risco, que movimentam grandes cifras, são seletivos na liberação de recursos, explicou à Folha o norte-americano Peter Fernandez, cofundador da Mombak, *startup* que já é considerada exemplo de sucesso nessa nova seara.

Com três fazendas no Pará, o projeto da empresa já é o maior do mundo. A Mombak levantou cerca de US$ 120 milhões entre os mais sofisticados investidores do mundo, como a AXA, companhia global de seguros sediada na França, e o CPP (Fundo de Pensão do Canadá). Também conseguiu com o Banco Mundial a emissão de um título de US$ 225 milhões e outros R$ 160 milhões dentro do Arco do Reflorestamento do BNDES.

Na outra ponta, já fechou acordo para fornecer créditos de remoção de carbono à gigante de tecnologia Microsoft e a McLaren, escuderia de Fórmula 1. "Mas foi super difícil", afirma Fernandez.

"Há três, anos quando a gente criou a empresa e foi a mercado levantar dinheiro para fazer reflorestamento, que é o jeito mais barato de fazer remoção de carbono, quase ninguém entendia o que era isso ou tinha visto uma empresa fazendo sucesso nesse ramo, e numa operação com escala. A maioria dos esforços na área era de ONGs e universidades", lembra.

No que se refere à oferta de crédito, é mais complicado, segundo o empresário. "Quem empresta dinheiro espera que ele seja devolvido", pondera. **(Alexa Salomão/Folhapress)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		12/09/2024	11/09/2024	10/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6190	R$ 5,6470	R$ 5,6550
	VENDA	R$ 5,6190	R$ 5,6480	R$ 5,6550
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6548	R$ 5,6381	R$ 5,6248
	VENDA	R$ 5,6554	R$ 5,6387	R$ 5,6254
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6670	R$ 5,6820	R$ 5,6950
	VENDA	R$ 5,8470	R$ 5,8620	R$ 5,8750

Fonte: BC

Ouro

	12/09/2024	11/09/2024	10/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.558,72	US$ 2.511,43	US$ 2.516,51
BM&F-SP (g)	R$ 450,89	R$ 450,89	R$ 451,95

Fonte: Gold Price

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

TR/Poupança

06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

11/09.. US$ 370.260 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8078	0,8256
COLON/COSTA RICA	35	0,3597	0,3621
COLON/EL SALVADOR	40	0,01085	0,01098
COROA DINAMARQUESA	55	0,8365	0,8367
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04097	0,04106
COROA NORUEGUESA	65	0,5247	0,525
COROA SUECA	70	0,5478	0,5479
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5395	1,5398
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7859	3,7869
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6548	5,6554
DOLAR CANADENSE	165	4,1592	4,1599
DOLAR DA GUIANA	170	0,02687	0,02719
DOLAR CAYMAN	190	6,7722	6,855
DOLAR CINGAPURA	195	4,3345	4,3376
DOLAR HONG KONG	205	0,7247	0,7248
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8284	0,8397
DOLAR DOS EUA	220	5,6548	5,6554
FORINT/HUNGRIA	345	0,01579	0,0158
FRANCO SUICO	425	6,6309	6,6323
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007277	0,0007293
IENE	470	0,03976	0,03976
LIBRA/EGITO	535	0,1166	0,1169
LIBRA ESTERLINA	540	7,3965	7,3978
LIBRA/LIBANO	560	0,0000631	0,0000632
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004349	0,000435
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1757	0,1759
NOVO SOL/PERU	660	1,4998	1,5009
PESO ARGENTINO	665	0,06732	0,06737
PESO CHILE	715	0,006073	0,006078
PESO/COLOMBIA	720	0,001337	0,001339
PESO/CUBA	725	0,2356	0,2356
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09403	0,09464
PESO/FILIPINAS	735	0,1006	0,1006
PESO/MEXICO	741	0,2885	0,2886
PESO/URUGUAIO	745	0,1377	0,1378
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7301	0,7321
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002685	0,002701
RENMINBI HONG KONG	796	0,793	0,7931
RIAL/CATAR	800	1,5507	1,5516
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,5068	1,5071
RINGGIT/MALASIA	828	1,3043	1,3052
RUBLO/RUSSIA	830	0,062	0,06201
RUPIA/INDIA	860	0,06734	0,06739
WON COREIA SUL	930	0,004213	0,004215
EURO	978	6,2429	6,2441

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

30/08	0,01366062	3,04906731
31/08	0,01366106	3,04916471
01/09	0,01367115	3,05141767
02/09	0,01367115	3,05141767
03/09	0,01367158	3,05151470
04/09	0,01367202	3,05161246
05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928
07/09	0,01367334	3,05190677
08/09	0,01367334	3,05190677
09/09	0,01367334	3,05190677
10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085
13/09	0,01367510	3,05229954

Fonte: Fenaseg

TBF

06/09 a 06/10	0,7829
07/09 a 07/10	0,7460
08/09 a 08/10	0,7846
09/09 a 09/10	0,8231
10/09 a 10/10	0,8245
11/09 a 11/10	0,8269

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis:
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

EFD - Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de julho/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

IOF: Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de setembro/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.09.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS- Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.08.2024.
Darf Comum (2 vias)

Dia 16

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativa ao mês de agosto/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a entrega da DCTFWeb pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 10, caput e § 1º). Internet

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de agosto/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º)
Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização.
Internet

VARIEDADES

Sábado é dia de reverenciar a Lua em todo o mundo

Por milênios, povos ao redor de todo o planeta encontraram no astro mais próximo da Terra beleza, encantamento e conexão com o divino. Os antigos incas do Peru, por exemplo, adoravam a Lua como a deusa Mama Quilla, assim como os gregos, que reconheciam no céu Selene, irmã do deus-Sol, que percorria o firmamento todas as noites com sua carruagem. Passadas de geração em geração, histórias das mais diversas buscavam explicar fenômenos como as fases deste satélite, eclipses e seu movimento aparente no céu.

Segundo a doutora em Física e assessora do Núcleo de Astronomia do Espaço do Conhecimento UFMG, Nathalia Fonseca, "por ser o maior e mais brilhante objeto no céu noturno, a Lua teve, desde os primórdios, uma grande influência na história humana, protagonizando narrativas que carregam valores e crenças". O ato de observá-la possibilitou, também, a construção de saberes astronômicos e científicos que contribuíram para que a espécie humana se espalhasse e se fixasse por todo o globo, desenvolvendo formas de se relacionar com o ambiente.

Para celebrar este astro tão significativo para a humanidade, inspiração de músicas, poemas e lendas, a National Aeronautics and Space Administration (Nasa) promove a Noite Internacional de Observação da Lua, um evento global realizado anualmente, sempre em setembro ou outubro e quando ela está próxima do quarto crescente, melhor fase para visualização do astro no início da noite. Neste sábado (14), pessoas de todo o mundo se reúnem para observar, compreender e apreciar o satélite natural da Terra!

O Espaço do Conhecimento UFMG, no Circuito Liberdade, vai participar da comemoração com atividades para todas as idades, que mesclam diversão e aprendizado sobre a Lua, o cosmos e a exploração planetária. A programação gratuita se inicia com uma oficina sobre os fenômenos relacionados ao satélite, às 15h (com ingressos emitidos 2h antes da atividade e 15 vagas), depois tem karaokê temático e observação celeste no Terraço Astronômico, de 19h às 20h45.

Ainda, por até R$14 (inteira), o público pode participar de uma sessão comentada no planetário que vai tratar da relação da Lua com as constelações do Zodíaco. Essa programação é às 18h e tem duração de 40 minutos.

Para a observação no Terraço Astronômico – que promete ser o "quente" da noite - serão distribuídas gratuitamente 105 senhas pela plataforma *Sympla* a partir de 17h30, no dia da atividade mesmo. Ingressos: *https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/descubra/terraco-astronomico/*

Lua registrada dos telescópios do Terraço Astronômico do Espaço do Conhecimento da UFMG FOTO: FERNANDO SILVA / ESPAÇO DO CONHECIMENT UFMG

> **"Nasa promove a Noite Internacional de Observação da Lua para celebrar o astro tão significativo para a humanidade. Tem programação especial em BH"**

Mariana recebe Iron Biker Brasil 2024

A cidade de Mariana, a 110 quilômetros da capital mineira, vai se tornar o epicentro do *mountain bike* com a realização do Iron Biker Brasil 2024 neste fim de semana (14 e 15 de setembro). Em sua 31ª edição, o evento promete reunir os melhores atletas do País, transformando a cidade em um grande palco de desafios, superação e celebração do esporte. E Mariana tem se preparado para receber os atletas, seus familiares e demais visitantes.

A programação começou ontem (12) com a entrega de kits aos participantes. Já nesta sexta-feira (13), estão programadas atividades musicais, e no sábado e domingo, 14 e 15, começa o grande desafio das montanhas, rumo às trilhas dos distritos de Mariana. As largadas e chegadas acontecem na histórica Praça Gomes Freire. A prova, em estilo maratona, oferece aos *bikers* dois tipos de percursos: o percurso total (A), com 96 km no sábado, e 85 km no domingo; e o percurso reduzido (B), com 56 km no sábado e 65 km no domingo.

O evento acontece exclusivamente em Mariana há 11 anos e, desde a sua chegada, o impacto positivo na economia local se torna mais evidente. A presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (Aciam) e da Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL), Ana Cristina Coura Mól e Silva, prevê um impacto positivo no comércio da cidade. "Se tivermos um número de atletas próximo ao do ano passado, esperamos que em 2024 haja, pelo menos, de 10% a 20% a mais de faturamento, considerando as orientações e os ajustes feitos em horários, estoque, acolhimento e atendimento", afirmou Ana Cristina.

Além dos atletas, mais de 5 mil turistas são esperados em Mariana durante os dias de competição. Para garantir que a cidade esteja preparada para essa demanda, a Aciam tem se dedicado a orientar os comerciantes, especialmente aqueles ligados ao turismo, sobre a importância de adaptar o horário de funcionamento e aprimorar a qualidade do atendimento. "Criamos um selo de boas-vindas aos atletas, que será exibido em todos os estabelecimentos associados, como uma forma de acolher bem os visitantes e elevar a experiência de todos que passam por Mariana", acrescentou a presidente.

Cidade histórica promete reunir os melhores atletas do País e se preparou para atender bem competidores e turistas FOTO: DIVULGAÇÃO / SAMUEL CONSENTINO

Solidariedade - O Iron Biker Brasil também é sinônimo de solidariedade e compromisso social. Além de ser uma prova de alto nível, o evento se preocupa em deixar um legado positivo para Mariana. É por isso que, como em toda edição, para ativar a inscrição, cada atleta deverá doar ao menos dois quilos de alimentos não perecíveis, que serão destinados às entidades sociais de Mariana.

No ano passado, o Iron Biker Brasil recebeu quatro mil quilos de alimentos. Eles foram divididos entre a comunidade da Figueira, que abriga pessoas com alguma deficiência física ou mental, o Lar Santa Maria, um asilo para idosos, e a Apae, que atende dezenas de pessoas com necessidades educativas especiais.

Nesta edição, além dos alimentos, serão aceitos materiais esportivos novos ou usados, mas em bom estado de conservação. "Os materiais serão doados a atletas carentes da cidade. É uma forma de expandir nosso impacto social e proporcionar mais oportunidades para quem é da cidade e pode se tornar um grande destaque no *mountain bike* mundial", disse um dos organizadores da prova, Lucas Fonda.

Comédia "O Caso"

Depois de grande sucesso de crítica e público no Rio e em São Paulo, a comédia "O Caso", com Otávio Muller e Leticia Isnard, chega a Belo Horizonte para únicas apresentações neste sábado (14), às 20h, e domingo (15), às 18h, no Teatro Sesiminas. A comédia "O caso Martin Piche", inédita no Brasil até esta montagem, e aqui rebatizada como "O Caso", estreou em 2023 com enorme sucesso de crítica e público. O texto é do autor e ator contemporâneo francês Jacques Mougenot, cuja obra aporta pela segunda vez em terras brasileiras. Os ingressos estão disponíveis para compra na plataforma Sympla (*https://bit.ly/OCaso)* e na bilheteria do Teatro Sesiminas. A peça conta a história de um homem que busca na terapia a solução para um problema um tanto excêntrico: vive tomado por uma sensação de desinteresse absoluto por tudo e todos ao redor. A comédia tem um texto ágil, repleto de humor e diálogos rápidos.

"Concerto nos Parques" em Nova Lima

A Orquestra Sinfônica de Minas Gerais (OSMG) apresenta "Concerto nos Parques" pela primeira vez em Nova Lima, neste domingo (15), às 10h30, com entrada gratuita. O concerto será no Espaço Cultural Piero Garzon Henrique com repertório de obras infantis, como a clássica "Pedro e o Lobo", que terá narração do ator mineiro Leonardo Fernandes. Sob a regência de André Brant, maestro assistente da OSMG, os músicos vão apresentar um programa que combina a beleza da música clássica com uma experiência ao ar livre, proporcionando um momento de cultura e lazer para toda a família. O "Concerto nos Parques" é realizado pelo Ministério da Cultura, governo de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG) e Fundação Clóvis Salgado.

FOTO: DIVULGAÇÃO / PAULO LACERDA

Unimed-BH abre inscrições

A Unimed-BH deu início ao processo seletivo para seus programas de Residência e de Especialização Médica. As oportunidades são para atuação nos hospitais da rede assistencial própria em 2025 em BH e Betim. Para Especialização Médica, serão 39 vagas em várias áreas. As inscrições vão até 19 de setembro. Já a seleção para Residência terá inscrições a partir do dia 30 de setembro. São quatro vagas para as especialidades de Anestesiologia, Neurocirurgia e Pediatria. As informações completas estão nos seguintes sites: https://www.felumaconcursos.org.br (para Especialização) e https://www.aremg.org.br (para Residência).

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067